

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 24 de dezembro de 2018

23 Páginas / Ano 3 / Edição nº 147



LEIS

LEI nº. 2753/2018

EMENTA: Institui o Banco de Horas municipal, regulamenta o registro de frequência, organiza os horários de prestação de serviço dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Dos Princípios, da Aplicação e dos Conceitos

Art. 1º. O Exercício do cargo do servidor público observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e outros previstos nas Leis Municipais, na Lei Orgânica e na Constituição Federal.

Art. 2º. A presente Lei Complementar aplica-se a todos os servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Jaguariáiva.

Art. 3º. São definidos os seguintes conceitos para os fins de aplicação desta Lei Complementar:

I. banco de horas: é o somatório de intervalos de tempo trabalhados que excedem a jornada semanal fixada em Lei e que podem ser – ou não – compensados com ausências ao serviço num período de 12 (doze) meses;

II. registro de ponto: é o registro eletrônico ou manual da frequência do servidor ou empregado;

III. turnos ininterruptos de revezamento: são as jornadas dos servidores fixadas em 12 (doze) horas de serviço, alternadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso interjornadas;

IV. descanso: é o intervalo em que o servidor não desempenha suas funções, podendo ser interjornadas ou integrado à jornada;

V. descanso interjornada: é o intervalo de descanso entre uma jornada de trabalho e outra, em que o servidor não fica à disposição para realizar qualquer função;

VI. pausa: é o período previsto em Lei para descanso integrado à jornada e para refeição que não permite, em regra, a saída do servidor do seu local de trabalho, que poderá ser interrompido a qualquer momento em razão da necessidade do serviço e que poderá, ainda, não ser concedido ou ser concedido de forma parcial;

VII. semana: é o período de 07 (sete) dias que inicia nos domingos e termina nos sábados;

VIII. jornadas fixas: são jornadas determinadas em dia da semana e em horários fixos e iguais em todas as semanas, não podendo ultrapassar 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais;

IX. escala: é a relação de servidores designados para atuarem nos seus respectivos turnos;

X. período de apuração da folha de pagamento: é o período de tempo que inicia no dia 16 de cada mês e termina no dia 15 do mês subsequente;

XI. horas extraordinárias: é o total de horas não compensadas durante o período de apuração da folha de pagamento.

SEÇÃO II

DO BANCO DE HORAS

Art. 4º. Fica instituído o Banco de Horas para os servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta do município de Jaguariáiva.

Parágrafo Único. Os servidores e empregados da Câmara Municipal não são atingidos pelo estabelecido nesta Seção.

Art. 5º. Os períodos das jornadas dos servidores que excederem a jornada semanal fixada para o cargo formarão o saldo positivo do Banco de Horas.

§1º. A jornada excedente será computada a cada minuto e, conforme seu acúmulo, será transformada em horas.

§2º. Na contagem do período excedente, os segundos serão desprezados.

Art. 6º. O Banco de Horas constará de controle a ser feito por cada Secretária, Procuradoria e Autarquias.

Art. 7º. As horas e minutos positivos constantes do Banco de Horas serão compensadas com ausência ao serviço, devidamente acordadas com a chefia imediata do servidor, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Único. É vedada a compensação de ausência injustificada ocorrida antes de haver saldo positivo no Banco de Horas.

Art. 8º. A compensação igual ou superior a 01 (um) dia de serviço deverá ser precedida de requerimento do servidor ou empregado dirigido ao superior hierárquico.

§1º. O superior hierárquico deverá decidir a respeito do requerimento no prazo de 02 (dois) dias úteis, de forma fundamentada.

§2º. A necessidade do serviço e a existência de tarefas inadiáveis impedem a concessão da compensação, no entanto, tais motivos não eximem o superior hierárquico de enumerar qual é a necessidade do serviço e quais são as tarefas inadiáveis que fundamentam sua decisão.

§3º. A falta de decisão quanto ao requerimento, ou eventual recurso administrativo, não implica em autorização tácita da compensação.

§4º. Ao requerimento aplica-se, no que couber as regras do processo administrativo.

Art. 9º. O saldo positivo de horas e minutos deverá ser compensado no período máximo de 12 (doze) meses contados a partir do início de cada Exercício.

Art. 10. A falta de compensação do saldo positivo do Banco de Horas, na forma do artigo anterior, importará no reconhecimento de jornada extraordinária e no pagamento, juntamente, com os vencimentos imediatamente subsequentes, com adicional de 50% (cinquenta por cento).

SEÇÃO III

DO REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Art. 11. O registro da frequência é feito, preferencialmente, por sistema de ponto eletrônico e, na sua impossibilidade, por controles manuais, na forma de Decreto regulamentar ou de ato do presidente das autarquias.

Art. 12. Estão sujeitos ao registro de sua frequência no ponto eletrônico ou manual todos os servidores e empregados da Administração Direta ou Indireta do Município de Jaguariáiva, exceto os cargos cuja as atribuições sejam de natureza incompatível com o controle de jornada.

§1º. Incluem-se na obrigatoriedade do registro de frequência os médicos contratados por pessoas jurídicas credenciadas e que prestarem serviços nas

dependências das Unidades de Saúde e no Hospital Municipal Carolina Lupion.

§2º. Incluem-se na obrigatoriedade do registro de frequência os Diretores, Chefe de Divisão, Coordenadores, ocupantes de função gratificada e ocupantes de cargos de confiança ou nomeados em comissão.

Art. 13. A carga horária dos servidores e empregados da Administração Pública Direta e Indireta será cumprida, preferencialmente, entre as 08h00 (oito horas) e as 17h30min (dezeesse horas e trinta minutos), com intervalo no horário de 12h00 (doze horas) às 13h30min (treze horas e trinta minutos).

Art. 14. O registro do ponto é ato personalíssimo e não passará da pessoa do servidor obrigado ao registro de sua frequência.

SEÇÃO IV

DOS TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Art. 15. As normas desta Seção aplicam-se aos servidores e empregados cujos cargos ou setores demandem atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Art. 16. São turnos ininterruptos de revezamento as jornadas fixadas em 12 (doze) horas de serviço, as quais serão alternadas com 36 (trinta e seis) horas de descanso, conforme anexo único.

Art. 17. Os turnos são ininterruptos e não sofrerão qualquer alteração nos feriados e pontos facultativos.

§1º. Os intervalos de 36 (trinta e seis) horas, garantem aos servidores descanso, inclusive, em dias úteis.

§2º. Para o efeito das modalidades de cumprimento de jornada previsto nesta Lei Complementar, os sábados e domingos são considerados dias normais de trabalho.

Art. 18. Na escala 12 X 36, em razão do regime especial adotado, a pausa de refeição e descanso será de 01 (uma) hora, cumprida dentro da jornada de serviço.

§1º. Fica o chefe imediato responsável por encaminhar, no fechamento do mês, relação com discriminação dos dias e horários respectivos das pausas realizadas pelo servidor.

§2º. As pausas dependerão da demanda do serviço e não podem prejudicar o atendimento.

§3º. O período de pausa poderá ser dividido em intervalos menores, dentro da mesma jornada, a critério do chefe imediato.

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O disposto nesta Lei Complementar não dispensa a afixação da escala dos profissionais de saúde em local visível ao público nas unidades de serviço da saúde.

Art. 20. Eventual atraso ou saída antecipada do horário do turno de serviço, não poderá ser considerado como pausa para descanso e/ou alimentação previsto nesta Lei Complementar.

Art. 21. O não cumprimento integral da jornada de trabalho mensal implicará no desconto proporcional dos vencimentos, excetuando-se os casos previstos em Lei e a compensação prevista na Seção II.

Art. 22. Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei Complementar e providenciar os meios para sua implementação.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2754/2018

EMENTA: Revoga a Lei Municipal nº. 2544/2015 e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Artigo. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº. 2544/2018.

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2755/2018

EMENTA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 2670/2017 e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Altera a redação do Parágrafo 3º do art. 2º da Lei Municipal nº. 2670/2017, passando a dispor o seguinte:

“Art. 2º. (...)

§3º. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos de 1 a XXVI, quando o imposto será devido no local;

(...)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2756/2018

EMENTA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 2743/2018 e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Ficam alteradas as redações do inciso VI do Parágrafo 4º do art. 24 da Lei Municipal nº. 2743/2018, passando a dispor o seguinte:

“Art. 24. (...)

§4º. (...)

VI. Apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de ensino médio;”

Art. 2º. Ficam alteradas a redações do Parágrafo 1º do art. 41 da Lei Municipal nº. 2743/2018, passando a dispor o seguinte:

“Art. 41. (...)

§1º. O horário de expediente do Conselho Tutelar será das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min com registro em ponto eletrônico.”

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2757/2018

EMENTA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, para o pagamento do Aporte para Cobertura do Deficit Atuarial junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais - IPASPMJ, no valor de **R\$ 261.530,72** (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos) e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, para o exercício de 2018, um Crédito Adicional Especial, na importância de **R\$ 261.530,72** (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrativo abaixo:

30	SAMAE	IDU/CO/GRUPO/	VALOR
30.01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	FONTE	(R\$)
28.846.0000.0.014	Aporte do Passivo Atuarial do RPPS		
54 –	APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	02076	261.530,72
3.3.91.97.00.00			
Total da Suplementação			261.530,72
Total Geral da Suplementação			261.530,72

Artigo 2º. Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

II – Oribundos do Provável Excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recursos:

Fonte	Descrição	Valor (R\$)
02076	Recursos Ordinários Livres	261.530,72
		Total: 261.530,72

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2660, de 28 de julho de 2017 (PPA 2018– 2021).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Paço Municipal, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 459/2018

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, para o pagamento do Aporte para Cobertura do Deficit Atuarial junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais - IPASPMJ, no valor de **R\$ 261.530,72** (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos) e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2757 de 24 de dezembro de 2018, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 15685/2018,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, para o exercício de 2018, um Crédito Adicional Especial, na importância de **R\$ 261.530,72** (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrativo abaixo:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA - PR



Jaguaraiava, 24 de dezembro de 2018

Pág. 02

30	SAMAE	IDUSO/GRUPO/FONTE	VALOR (R\$)
30.01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
28.846.0000.0.014	Aporte do Passivo Atuarial do RPPS		
54 - 3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	02076	261.530,72
Total da Suplementação			261.530,72
Total Geral da Suplementação			261.530,72

Artigo 2º. Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

II - Oriundos do Provável Excesso de Arrecadação da seguinte fonte de

recurso:	Descrição	Valor (R\$)
Fon	Recursos Ordinários Livres	261.530,72
02076		Total: 261.530,72

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2660, de 26 de julho de 2017 (PPA 2018- 2021).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 24 de dezembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM

Presidente do SAMAE



PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ATA nº. 01/18 - PDM de 22 de outubro de 2018

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às oito horas, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3º, andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor: Giselle Inaiara Syring, Juliana Pedrosa Mendes, Disnei Alves de Oliveira, o Senhor Carlos Perez Gomez e Hugo Cezar Riego Junior para a apresentação das propostas para a revisão do Plano Diretor, a Coordenadora Técnica, senhora Juliana Pedrosa Mendes, deu início a reunião e explanou como foi realizada a primeira alteração, os problemas já elencados como problemas de normativas de procedimentos de protocolo de lacunas existente na Lei de Zonamento, Parcelamento do Solo, Foram elencadas, analisadas e inseridas as propostas de alteração das seguintes leis: Lei Municipal mil oitocentos e vinte do ano de dois mil e oito (1822/2008) que Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguaraiava; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e um do ano de dois mil e oito (1821/2008) que Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e dois do ano de dois mil e oito (1822/2008) que Dispõe sobre o Parcelamento e o Remembramento do Solo para Fins Urbanos e de outras providências; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e três do ano de dois mil e oito (1823/2008) que Dispõe sobre o Perímetro Urbano do Município de Jaguaraiava; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e quatro do ano de dois mil e oito (1824/2008) que Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Jaguaraiava; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e cinco do ano de dois mil e oito (1825/2008) que Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Jaguaraiava e dá outras providências; Lei Municipal mil oitocentos e vinte e seis do ano de dois mil e oito (1826/2008) que Dispõe Sobre o Código de Posturas do Município de Jaguaraiava. Realizados todos os apontamentos e estando todos de acordo, ficou decidido então que será elaborado um Decreto com as datas e locais das Audiências Públicas, para a apresentação à população, quais sejam: Dia sete de novembro do ano de dois mil e oito (1826/2008) que Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Jaguaraiava, localizada na Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, nº. 222, Bairro Cidade Alta, às dezoito horas e trinta minutos será realizada a assembleia de escolha dos Delegados representantes da população e às dezoito horas será dado o início da Audiência Pública; Dia treze de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Prefeito Aristides Soares, localizada na Rua João da Cruz, s/nº, Bairro São Braz, com início às dezoito horas e trinta minutos; Dia dezoenove de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Rural Municipal Eurides Manoel Martins, localizada na Estrada Principal, s/nº, Bairro Lanças, com início às quinze horas; Dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Rosa Collete, localizada na Rua Pedro Cande, nº. 97, Bairro Samambaia, com início às dezoito horas e trinta minutos; Dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se no Cine Teatro Valéria Lucery, localizado na Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matarazzo, com início às dezoito horas e trinta minutos. Estas datas serão encaminhadas pela coordenação via ofício com a solicitação de elaboração de Decreto para excelentíssimo senhor Prefeito. Nada mais havendo a tratar o Prefeito encerrou a reunião às doze horas, reabindo a reunião à treze horas e encerrando às dezoito horas, E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ATA nº. 02/18 - PDM de 24 de outubro de 2018

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, no Gabinete do Prefeito, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 4º, andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se com o excelentíssimo senhor Prefeito José Sloboda, o Senhor Carlos Perez Gomez e os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor: Giselle Inaiara Syring, Juliana Pedrosa Mendes, Carlos Perez Gomez, Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Leonardo Von Linsingen, para suporem os nomes dos membros para compor a Equipe Técnica: Alan Miranda, Amália Cristina Alves, Carlos Alberto Onellas, Carlos Perez Gomez, Caroline de Azevedo Faria Stalschmidt, Eric Dudik Rogério, Franciel Batista de Oliveira; Hérica Beatriz Suener Castellar; Lucas Madureira Ferreira; Luiz Carlos Veiga Barbosa; Mariana Andretto Balloni; Marília Rodrigues; Mathews Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pedro Leocádio Delgado; Pêrola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkenner; Vinicius André Brizola de Oliveira, que foram aceitas pelo excelentíssimo senhor Prefeito. Prefeito propôs à Comissão que os temas tratados na Revisão do Plano Diretor, fossem separados por Eixos de Discussão. Ficou decidido que serão os seguintes Eixos de Discussão: I - Higiene Pública, e sugestão de

responsável: Amália Cristina Alves; II - Usos e Costumes, e sugestão de responsável: Carlos Perez Gomez; III - Meio Ambiente, e sugestão de responsável: Leonardo Von Linsingen; IV - Obras, e sugestão de responsável: Sérgio Cruz; V – Tributos, e sugestão de responsável: Disnei Alves de Oliveira; VI – Sistema Viário, e sugestão de responsável: Juliana Pedrosa Mendes, E serão denominados como Câmaras Técnicas, numeradas de I a VI. Ficou decidido ainda que em cada câmara haverá a presença de um advogado, membro da Equipe Técnica, com a intenção de dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a ocorrer. A relação de nomes que farão parte da Equipe Técnica, serão encaminhados pela coordenação via ofício com a solicitação de elaboração de Decreto para excelentíssimo senhor Prefeito. Nada mais havendo a tratar o Prefeito encerrou a reunião às dezesseis horas. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR COM O SEGMENTO DA SOCIEDADE ORGANIZADA ATA nº. 03/18 - PDM de 29 de outubro de 2018

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Governo, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 4º, andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor do município de Jaguaraiava: Juliana Pedrosa Mendes, Giselle Inaiara Syring, Sérgio Cruz, juntamente com o senhor Carlos Perez Gomez membro da Equipe Técnica Para Revisão do Plano Diretor e os senhores da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Jaguaraiava: Fábio Dias, Marcos José Legat, Jones Cava Guimarães, Vanieli Martins e o senhor Hugo Cezar Riego Junior, para a apresentação das propostas elaboradas pelos associados, a Coordenadora dos trabalhos de Revisão do Plano Diretor do Município de Jaguaraiava, senhora Juliana Pedrosa Mendes, A Coordenadora se comprometeu a apresentar na íntegra as propostas apresentadas à Equipe Técnica. A Coordenadora explanou sobre a forma de como serão conduzidos os trabalhos de revisão. Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às dez horas e trinta minutos. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ATA nº. 04/18 - PDM de 29 de outubro de 2018

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3º, andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor: os senhores José Sloboda, Juliana Pedrosa Mendes, Giselle Inaiara Syring, Sérgio Cruz, Disnei Alves de Oliveira, Kátia Aparecida Miranda, Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Nara Giselle Bueno juntamente com os membros da Equipe Técnica Para Revisão do Plano Diretor: Mariana Andretto Balloni, Carlos Alberto Onellas Filho, Pêrola Carvalho do Nascimento, Alan Miranda, Lucas Madureira Ferreira, Mathews Rissato Rivoiro, Marília Rodrigues, Hérica Beatriz Suener Castellar, Caroline de Azevedo Faria Stalschmidt, Vinicius André Brizola de Oliveira, Amália Cristina Alves, Luiz Carlos Veiga Barbosa, Rosana Araújo Lopes, Eric Dudik Rogério, Carlos Perez Gomez, e os senhores Carlos R. Carpiniski e Paulo Vítor Onisko. O Prefeito José Sloboda agradeceu a presença de todos, entendeu a importância de se realizar a Revisão do Plano Diretor do município de Jaguaraiava, passou a palavra à Coordenadora dos trabalhos de Revisão do Plano Diretor do Município de Jaguaraiava, senhora Juliana Pedrosa Mendes, fez a explanação dos trabalhos a serem realizados, explicou que os temas foram separados por Eixos de Discussão, que formarão as Câmaras Técnicas, distribuídas da seguinte forma: Câmara Técnica I – Eixo de Discussão: Higiene Pública; Sugestão de responsáveis: Amália Cristina Alves, Hérica Beatriz Suener Castellar, Caroline de Azevedo Faria Stalschmidt, Alan Miranda, Luiz Carlos Veiga Barbosa; Câmara Técnica II – Eixo de Discussão: Usos e Costumes; Sugestão de responsáveis: Sérgio Cruz, Mauricio Oliveira Amaral, Lucas Madureira Ferreira; Câmara Técnica III – Eixo de Discussão: Meio Ambiente; Sugestão de responsáveis: Mariana Andretto Balloni, Franciel Batista de Oliveira, Thiago Luiz Pomkenner; Câmara Técnica IV – Eixo de Discussão: Sistema Viário; Sugestão de responsáveis: Disnei Alves de Oliveira, Carlos Perez Gomez, Nara Giselle Bueno, Vinicius André Brizola de Oliveira, Mauricio Oliveira Amaral, Mathews Rissato Rivoiro; Câmara Técnica V – Eixo de Discussão: Obras; Sugestão de responsáveis: Disnei Alves de Oliveira, Carlos Perez Gomez, Luiz Carlos Veiga Barbosa, Sérgio Cruz, Rosana Araújo Lopes, Pêrola Carvalho do Nascimento; Câmara Técnica VI – Eixo de Discussão: Tributos; Sugestão de responsáveis: Disnei Alves de Oliveira, Carlos Perez Gomez, Nara Giselle Bueno, Vinicius André Brizola de Oliveira, Mauricio Oliveira Amaral, Mathews Rissato Rivoiro; Câmara Técnica VII – Eixo de Discussão: Sistema Viário; Sugestão de responsáveis: Juliana Pedrosa Mendes, Sérgio Cruz, Polícia Militar, Marília Rodrigues. Todos os presentes aceitaram as sugestões para composição das câmaras. Ao continuar a coordenadora passou a palavra para Giselle, que fez a leitura do Decreto nº. 755/2017, cuja súmula versa sobre: “Dispõe sobre a criação da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor e participação na elaboração do Plano Desenvolvimento Integrado do município de Jaguaraiava e dá outras providências”, em seguida procedeu a leitura do Decreto nº. 377/2018, cuja súmula versa sobre: “Dispõe sobre a criação e nomeação da Equipe Técnica Municipal para Revisão do Plano Diretor do município de Jaguaraiava e dá outras providências”. Decreto nº. 377/2018, cuja súmula versa sobre: “Dispõe sobre a Convocação de Audiências Públicas de Revisão do Plano Diretor de Jaguaraiava e dá outras providências”. Ao continuar fez a leitura da Resolução nº. 001/18, e da Minuta Regimento Interno, com a anuência de todos os presentes, ficou decidido que fará os encaminhamentos necessários para a publicação. Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às onze horas e trinta minutos. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR COM O SEGMENTO DA SOCIEDADE ORGANIZADA ATA nº. 05/18 - PDM de 06 de novembro de 2018

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na Sala de Reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Jaguaraiava, sito à Rua Waldemar Pereira Loyola s/n – Centro – Jaguaraiava – PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor: Giselle Inaiara Syring, Juliana Pedrosa Mendes, juntamente com os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor e os senhores da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Jaguaraiava: Thiago Banach Silva, Aluisio Pires de Oliveira, Marcos José Legat, Jones Cava Guimarães, Orlando Di, Vinicius Cava Guimarães, Fábio Dias, Vanieli Martins e o senhor Hugo Cezar Riego Junior. O Presidente da ACIAJ, o senhor Thiago Banach Silva agradeceu a presença de todos os presentes, ressaltando a importância da participação de entidades como a presidida por ele, em um momento tão importante para a vida dos municípios, só na esfera comercial, mas também no cotidiano de cada um, visto que as leis aqui tratadas versam sobre os mais diversos assuntos do cotidiano de cada jaguariavense. A coordenadora técnica senhora Juliana, agradeceu a dedicação dos membros da associação, entendeu a participação e o envolvimento de todos. Ao continuar afirmou que todas as propostas foram contempladas nas minutas de revisão do PDM, e que serão amplamente discutidas nas Audiências Públicas, informou ainda como estas serão realizadas, explanando brevemente como o andamento dos trabalhos na Organização das Audiências Públicas, nada mais havendo a tratar o Presidente da ACIAJ encerrou a reunião às dez horas e trinta minutos. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ATA nº. 06/18 - PDM de 06 de novembro de 2018

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3º, andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se o Senhor Hugo Cezar Riego Junior, juntamente com os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor: Giselle Inaiara Syring, Juliana Pedrosa Mendes, Disnei Alves de Oliveira, Kátia Aparecida Miranda, Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Leonardo Von Linsingen, Nara Giselle Bueno, Tania Maristela Munhoz, Sérgio Cruz e o senhor Carlos Perez Gomez membro da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor, para dar continuidade na revisão das alterações propostas pela coordenação da equipe técnica. A Coordenadora senhora Juliana Pedrosa Mendes, orientou de que forma serão as Audiências Públicas e de que forma a Comissão e a Equipe Técnica deverão proceder para auxiliar os trabalhos. Propôs ainda que as revisões das propostas realizadas pelos Delegados das Câmaras Técnicas em Audiência Pública, já previamente marcadas, sejam revisadas no dia seguinte pela Comissão e a Equipe Técnica. Para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

07/11/2018

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta e três minutos, na Câmara Municipal de Jaguaraiava, sito à Rua Prefeito Aldo Ribas, nº 222 – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, foi dado início à Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kallil que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, explicou que por se tratar da primeira audiência, será realizada a Assembleia para a eleição dos candidatos a Delegados e Suplentes das Câmaras Técnicas, que poderão ser membros da sociedade organizada, conforme Resolução nº. 001/2018 e Regimento Interno elaborados pela Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor – PDM. Ao continuar, deu início a Assembleia para a escolha dos Delegados, onde dentre a população presente, apresentaram-se à comissão Técnica os candidatos: os senhores: Rafael Gustavo Pomim Lopes, Marcos José Legat, Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha, Eleida Pontes, Rafaela S. Q. Betenheuser, José Trindade do Couto, Wellington Vitorio Fitz, Aluisio Pires de Oliveira, Ricardo Ramos Gomes, Nelson Luiz de Oliveira. Ao continuar, a Cerimonialista passou a palavra a Coordenadora Técnica Juliana Pedrosa Mendes que iniciou a eleição, apresentando o candidato e solicitando ao plenário que se levantasse caso aprovado o candidato, assim procedeu sucessivamente com todos os candidatos. Ao continuar, foram eleitos pelo plenário, nesta ordem por maior número de votos: a senhora Eleida Pontes, senhora Rafaela S. Q. Betenheuser, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes, a senhora Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha, senhor José Trindade do Couto, senhor Wellington Vitorio Fitz, como suplentes os senhores: Marcos José Legat, Aluisio Pires de Oliveira, Nelson Luiz de Oliveira, Ricardo Ramos Gomes. Ao continuar a Coordenadora Técnica explanou sobre divisão do plenário em grupos de trabalho denominados: Câmara Técnica I – Eixo de Discussão: Higiene Pública – Logradouros, habitação e terrenos, estabelecimentos/alimentação e animais; Câmara Técnica II – Eixo de Discussão: Usos e Costumes – sossego público, divertimento público e obstrução de ruas; Câmara Técnica III – Eixo de Discussão: Meio Ambiente – proteção e conservação, arborização, pedreiras, areia, turismo e inflamáveis; Câmara Técnica IV – Eixo de Discussão: Obras – habite-se, alvarás, canteiro de obras, edificações residenciais e comerciais, propaganda; Câmara Técnica V – Eixo de Discussão: Tributos – notificação/sanção, planta genérica, comércio ambulante, horário de funcionamento e feiras livres; Câmara Técnica VI – Eixo de Discussão: Sistema Viário – mobilidade, trânsito, estacionamento e zoneamento. Ao continuar os Delegados já eleitos escolheram as Câmaras Técnicas onde desenvolveriam seus trabalhos, assim também os suplentes o fizeram, distribuindo-se da seguinte forma: Câmara Técnica I - Delegado Wellington Vitorio Fitz e suplente Ricardo Ramos Gomes; Câmara Técnica II - Delegada Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha; Câmara Técnica III – Delegado Rafael Gustavo Pomim Lopes e Suplente Nelson Luiz de Oliveira; Câmara Técnica IV – Delegado José Trindade do Couto e Suplente Marcos Legat; Câmara Técnica V – Delegada Rafaela S. Q. Betenheuser e suplente Aluisio Pires; Câmara Técnica VI – Eleida Pontes. Ao continuar a Cerimonialista encerrou a Assembleia às 18h50min. Por ser verdade eu Luciana Canavesi Cesário Pereira, secretariando a reunião, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

07/11/2018

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoenove horas e seis minutos, na Câmara Municipal de Jaguaraiava, sito à Rua Prefeito Aldo Ribas, nº 222 – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, foi iniciada a Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kallil que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, e de acordo com o Decreto nº. 377/2018 as Audiências acontecerão nos seguintes dias: dia sete de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Câmara Municipal de Jaguaraiava, localizada na Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, nº. 222, Bairro Cidade Alta, às dezoito horas e trinta minutos será realizada a assembleia de escolha dos Delegados representantes da população e as dezoenove horas será dado o início da Audiência Pública, dia treze de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Prefeito Aristides Soares, localizada na Rua João da Cruz, s/nº, Bairro São Braz, com início às dezoito horas e trinta minutos, dia dezoenove de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Rural Municipal Eurides Manoel Martins, localizada na Estrada Principal, s/nº, Bairro Lanças, com início às quinze horas, dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Rosa Collete, localizada na Rua Pedro Cande, nº. 97, Bairro Samambaia, com início às dezoito horas e trinta minutos; dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se no Cine Teatro Valéria Lucery, localizado na Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matarazzo, com início às dezoito horas e trinta minutos. Ao continuar, explanou que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do município nos seus aspectos econômico, físico e social. Ao continuar, fez a leitura do Regimento Interno da Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor de Jaguaraiava - PDM 2018. Ao continuar, convidou para fazer parte da Mesa Diretiva de Trabalho os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, o Presidente José Sloboda, Coordenadora Técnica Juliana Pedrosa Mendes, membros: Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Disnei Alves de Oliveira, Giselle Inaiara Syring, Kátia Aparecida Miranda, Leonardo Von Linsingen, Nara Giselle Bueno, Sérgio Cruz, Tania Maristela Munhoz, como mediador o senhor Sidney Eduardo Magnone Vieira. Ao continuar, a Cerimonialista passou a palavra para o mediador Sidney Eduardo Vieira, que cumprimentou os presentes e explanou sobre a importância da Revisão do Plano Diretor para o município e a participação da população nesse processo que visa atualizar as Leis, dez anos após a sua criação, visando as necessidades atuais da população tomando-se diretrizes para os próximos dez anos. Ao continuar, apresentou um vídeo, que informou sobre a atualização do PDM, que se dará após realização das Audiências com as propostas sugeridas pelas Câmaras Técnicas e avaliadas pela Comissão Técnica, após será elaborado um Projeto de Lei e encaminhado para Câmara Municipal de Jaguaraiava para ser aprovado. Ao continuar, demonstrou a importância do PDM para o município, que as comissões serão as responsáveis pelas sugestões de atualizar as políticas públicas, através de análises e estudos, que desses processos analisados pela Equipe Técnica da prefeitura, várias serão as propostas de melhoria para o município, pontuou ainda que a Associação Comercial também encaminhou as propostas de alteração, demonstrando assim que esta revisão é um instrumento democrático de atualização do planejamento municipal, informou que o PDM foi instituído pela Lei Municipal nº. 1820/2008, e a revisão é objeto da Resolução 25. Ao continuar, explicou que num primeiro momento, serão realizadas reuniões para discussão dos temas propostos pelas Equipes Técnicas, num segundo momento acontecerão as Audiências Públicas como esta do dia de hoje, que por meio das Câmaras farão os apontamentos. Pontuou ainda que as Audiências Públicas serão



EXPEDIENTE

Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiava

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava-PR- Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/ Regulamentado pelo Decreto 452/2016,

Cintia Kapkpe Medeiros - MTB, nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (41) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://secewb.proergs.com.br/verificadorweb/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



realizadas em diversos locais da cidade, visando abranger toda a extensão territorial do município, inclusive na área rural, visando a função social da cidade, das propriedades urbanas, sustentabilidade, gestão democrática. Em um quarto momento, todas as propostas serão elencadas de forma a ser elaborado Projeto de Lei que será submetido à Audiência Pública para o então envio à Câmara de Vereadores. Ao continuo a Cerimonialista passou a palavra ao Presidente de Comissão Técnica, senhor José Sloboda para considerações. Ao continuo o Presidente agradeceu a presença de todos, enfatizando a participação da população, das entidades dos mais diversos seguimentos presentes, comentou que com a revisão do PDM estaremos decidindo o futuro do município, que essa é uma responsabilidade muito grande, informou que oitenta e oito por cento da população, encontra-se no quadro urbano de nossa cidade e que devemos com discernimento definir em qual a direção, e quais as políticas públicas deverão ser adotadas para que a cidade prospere, seja agradável, boa para nossos filhos, netos, enfim, gerações vindouras, obedecendo as regras estabelecidas por meio de leis federais e estaduais. Enfatizou ainda a importância da participação efetiva dos vereadores e agradecer a presença dos mesmos. Ao continuo a Cerimonialista realizou a leitura do Regimento Interno das Audiências Públicas para Revisão do Plano Diretor de Jaguaraiá, elaborada pela Comissão Técnica, esclarecendo como será o andamento dos trabalhos. Ao continuo a Cerimonialista chamou Delegados eleitos na Assembleia para que ocupem seus respectivos lugares nas Câmaras Técnicas; igualmente solicitou aos membros da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor que tomassem assento junto aos grupos de trabalho, a fim de dirimir dúvidas técnicas pertinentes à sua área de atuação, os senhores: Alan Miranda; Amália Cristina Alves; Carlos Alberto Ornellas; Carlos Perez Gomez; Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt; Eric Dudik Rogério; Francieli Baitala de Oliveira; Hérica Beatriz Suenar Castelan; Lucas Madureira Ferreira; Luiz Carlos Veiga Barbosa; Mariana Andretto Balloni; Marília Rodrigues; Matheus Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pedro Leocádio Delgado; Pérola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkerner; Vinicius André Brizola de Oliveira. Ao continuo, a Cerimonialista convidou as demais pessoas presentes para escolherem suas câmaras técnicas, informando que as Câmaras Técnicas teriam um tempo de uma hora e trinta minutos para discutir as propostas de mudança apresentadas, ou, sugerir novas propostas. Ao continuo, as vinte e uma horas e trinta e sete minutos, deu início a explanação de sugestões de alteração realizadas pelas Câmaras Técnicas através dos seus Relatores que foram escolhidos pelos integrantes de cada Câmara. Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA, o Delegado senhor Wellington Vitorio Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt. Ao continuo fez a afirmação de foram acatadas as sugestões apresentadas pela Equipe Técnica pelo grupo de trabalho sem acréscimo ao texto apresentado. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES, o Delegado a senhora Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Elizabeth Alves Ferreira, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 32. Inciso VI trocar a nomenclatura "trecho" para CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil; §3 – nos quais não impeçam uso; Artigo 34: Substituir termo município por público, esporte náutico por esporte aquático; Parágrafo único: a palavra náutica por aquático. Artigo 35: Parágrafo único – suprimir a expressão "atentado ao pudor"; Acrescentar "redes sociais" Seção II: Mudar a expressão divertimentos para entretenimento; Substituindo da mesma forma (a) em todos os dispositivos onde a referida palavra esteja presente. Artigo 39: Parágrafo primeiro – acrescentar a palavra "ofício"; Trocar a palavra "tipologia" por "cada modalidade de evento"; Artigo 40: Inciso I – substituir a palavra "higienicamente limpas" por "higienizadas". Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE. o Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Fábio Dias. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Capítulo III – da Proteção e Conservação do Meio Ambiente - Artigo 96: Para o exercício... ..Estado: "nos termos da legislação ambiental aplicada"; Artigo 100 – V: O plantio... ..saúde: "de acordo com o Plano Municipal de Arborização"; Artigo 101: Suprimir o parágrafo único; Artigo 104: a derrubada de qualquer ...Inserir: "autorização florestal", órgão municipal: e excluir e inserir "licença da prefeitura"; Quanto às árvores públicas: artigo 107: Incluir prazo aplicação arbórea, Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica IV: o Delegado, senhor José Trindade - Suplente Marcos José Legat, propostas foram elencadas pelo Relator: Miquelias Rodrigues Pereira. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Apenas alterar a redação: Inserir no artigo 58 caput: respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, tendo em vista as peculiaridades de cada ocupação que já estão definidas em normas oficiais (NBR 9077); Alterar o título e caput de Seção VIII, para incluir a palavra "pânico" de acordo com o Código do Corpo de Bombeiros; Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008: Artigo 30 Inciso VIII: alterar tirando a palavra "declaração" e colocar: "apresentar comprovante de recolhimento de taxa de ISS"; Que a carta de liberação emitida pelo COPEL e Laudo do SAMAE sejam exigidos apenas para empreendimentos acima de 500m². Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica V – Tributos, o Delegado, senhora Rafaela S. Q. Betenheuser - Suplente Aluisio Pires, propostas foram elencadas pelo Relator: Carlos Perez Gomez. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 12-§10 - última versão de Lei específica, ver CTM; §11 - retirar a cobrança do IPTU; §12 - observando a primeira parte do §9. Proprietário do imóvel ou do bem abandonado; Artigo 58: é proibido... existe Lei; Artigo 61: Retirar parágrafo único já contemplado no artigo 70; Artigo 82: Verificar tabela do CTM, Artigo 113: §3: prazo para resposta do município. Artigo 116: §4 ..., e após fiscalização e aplicação. Artigo 122: Suprimir; Artigo 127: VI – acrescentar mediante fiscalização ao término do evento; Artigo 129: Excluir horário normal. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica VI - - Sistema Viário, o Delegado, senhora Eleida Pontes, propostas foram elencadas pelo Relator: Roseli de Fátima. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Criação de vias marginais na PR 151, início na PR 151 (Mirandinha) até o trevo Pisa/Braspin - Objetivo: melhorar o fluxo de veículos e mobilidade urbana; Via férrea – propor para administradora da via férrea, a cobertura dos trilhos para a instalação de ciclovia, para melhoria da mobilidade urbana e qualidade de vida/meio ambiente; Instalações de trincheiras, rotatórias, ou viadutos nos pontos de cruzamentos da vila pinheiro para santa Cecilia, Instituto Federal e saída do distrito comercial (palacete); Adequação do trevo de acesso para Jaguaraiá pela PR 092; Priorizar acessos de ligações entre os bairros com o centro da cidade, visto a perspectiva de aumento da população; distribuição equilibrada da mobilidade urbana. Ao continuo Cerimonialista passou a palavra para o Prefeito que convidou a todos para participarem da próxima Audiência Pública, e encerrou a presente audiência às 22h07min. Por ser verdade eu Luciana Canavesi Cesário Pereira, secretariando a reunião, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
07/nov Câmara Municipal de Jaguaraiá	
18h30min: Escolha dos Delegados 19:00h: Início da Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ	
CÂMARA TÉCNICA I	
HIGIENE PÚBLICA	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Logradouros	Alan Miranda
Habitação e Terrenos	Amália Cristina Alves
Estabelecimentos/Alimentação	Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt
Animais	Hérica Beatriz Suenar Castelan Luiz Carlos Veiga Barbosa
DELEGADO	TELEFONE
1) Wellington Vitorio Fitz	
2) Ricardo Ramos Gomes	
RELATOR	TELEFONE
1) Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt	

PROPOSTAS
- Foi realizada a leitura das propostas encaminhadas pela equipe técnica, as mesmas foram acatadas pelo grupo de trabalho sem acréscimo ao texto apresentado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
07/nov Câmara Municipal de Jaguaraiá	
18h30min: Escolha dos Delegados 19:00h: Início da Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ	
CÂMARA TÉCNICA II	
USOS E COSTUMES	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Sossego Público	Lucas Madureira Ferreira
Diversão Pública	Mauricio Oliveira Amaral
Oclusão de Ruas	Sérgio Cruz
DELEGADO	TELEFONE
1) Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha	43 9963 3899
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Elizabeth Alves Ferreira	43 9949 18 - 1933

PROPOSTAS
Artigo 32. inciso VI trocar a nomenclatura "trecho" para CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil.
Artigo 34. Substituir o termo município por público, esporte náutico por esporte aquático.
Artigo 35. Parágrafo único - a palavra náutica por aquático.
Artigo 35. Parágrafo único substituir a expressão "atentado ao pudor" por "redes sociais".
Seção II. Mudar a expressão divertimentos para entretenimento, substituindo da mesma forma (a) em todos os dispositivos onde a

PROPOSTAS
Artigo 39. Parágrafo primeiro - acrescentar a palavra "ofício".
Artigo 40. inciso I - substituir a palavra "higienicamente limpas" por "higienizadas".

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
07/nov Câmara Municipal de Jaguaraiá	
18h30min: Escolha dos Delegados 19:00h: Início da Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ	
CÂMARA TÉCNICA III	
MEIO AMBIENTE	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Proteção e Conservação	Carlos Alberto Ornellas
Arborização	Eric Dudik Rogério
Pedreiras, areia, etc.	Francieli Baitala de Oliveira
Inflamáveis	Mariana Andretto Balloni Pedro Leocádio Delgado Thiago Luiz Pomkerner
DELEGADO	TELEFONE
1) Rafael Gustavo Pomim Lopes	99618-9074
2) Nelson Luiz de Oliveira	(41) 99621-3246
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Fábio Dias	99937. 2551



Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Apenas alterar a redação:
 - a. Inserir no artigo 58 caput: respeitando as normas técnicas oficiais vigentes, tendo em vista as peculiaridades de cada ocupação que já estão definidas em normas oficiais (NBR 9077).
 - b. Alterar o título e caput de Seção VIII, para incluir a palavra "pânico" de acordo com o Código do Corpo de Bombeiros.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica, (no Paraná deve-se considerar a NPT 011 (Saídas de Emergência) – Corpo de Bombeiros do Paraná. E ainda, acredito que está óbvio que será necessário adequar as normativas vigentes. Caso ainda achem necessário, considerar a inserção de apenas o trecho "respeitando as normas técnicas oficiais vigentes".
- b. Rejeitado pela Equipe Técnica, pois não achamos a referida Seção VIII.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008:

- 2) Artigo 30
 - a. Inciso VIII: alterar tirando a palavra "declaração" e colocar: "apresentar comprovante de recolhimento de taxa de ISS".
 - b. Que a carta de liberação emitida pelo COPEL e Laudo do SAMAE sejam exigidos apenas para empreendimentos acima de 500m².

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.
- b. Aceito pela Equipe Técnica.

Câmara Técnica V – Tributos
o Delegado: Rafaela S. Q. Betenheuser - Suplente Aluisio Pires
o Relator: Carlos Perez Gomez

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Artigo 12
 - a. §10 - última versão, parecer " Lei especifica ver CTM,
 - b. §11 - retirar a cobrança do IPTU.
 - c. §12 - abandonando a primeira parte do §9. Proprietário do imóvel ou do bem abandonado.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.
- b. Aceito pela Equipe Técnica.
- c. Aceito pela Equipe Técnica.

- 2) Artigo 58
 - a. é proibido... existe Lei

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Equipe Técnica, pois o CTB (Codigo de Transito Brasileiro) mostra/fala sobre tais proibições.

- 3) Artigo 61
 - a. Retirar parágrafo único já contemplado no artigo 70;

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

- 4) Artigo 82
 - a. Verificar tabela do CTM

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

- 5) Artigo 113
 - a. §3: prazo para resposta do município

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. A Equipe Técnica fará análise.

- 6) Artigo 118
 - a. §4...., e após fiscalização e aplicação...

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

- 7) Artigo 122
 - a. Suprimir.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

- 8) Artigo 127
 - a. VI – acrescentar mediante fiscalização ao término do evento.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

- 9) Artigo 129
 - a. Excluir horário normal

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica, retiramos todos os horários, entendemos que o Município só regula em casos de comercio com atividade incomoda a vizinhança.

Câmara Técnica VI – Sistema Viário
o Delegado: Eleidia Pontes
o Relator: Roseli de Fátima

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008:

- 1) Criação de vias marginais na PR 151, início na PR 151 (Mirandinha) até o trevo Pisa/Braspine – Objetivo: melhorar o fluxo de veículos e mobilidade urbana.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitada pela Equipe Técnica, tendo em vista que a proposta trata de alterações em áreas localizadas em Faixa de Domínio da Rodovia supracitada, cabe a Concessionária que administra da via a função de elaboração de projeto e implantação de tal sugestão.

- 2) Via férrea – propor para administradora da via férrea, a cobertura dos trilhos para a instalação de ciclovia, para melhoria da mobilidade urbana e qualidade de vida/meio ambiente

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitada pela Equipe Técnica, tendo em vista que a proposta se trata de alterações em áreas localizadas em Faixa de Domínio da ferrovia ao longo do trecho urbano, cabe a Concessionária da ferrovia alterações nesta faixa.

- 3) Instalações de trincheiras, rotatórias, ou viadutos nos pontos de cruzamentos da Vila Pinheiro para Santa Cecilia, Instituto Federal e saída do Distrito Comercial (palacete).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica, as propostas estão presentes no mapa do sistema viário, com exceção do cruzamento da Vila Pinheiro com o bairro Santa Cecilia, onde se trata de um trecho que está sendo estudado pela Concessionária da via, pois refere-se a faixa de domínio da Rodovia.

- 4) Adequação do trevo de acesso para Jaguaraiava pela PR 092.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitada pela Equipe Técnica, pois também se trata de Faixa de Domínio.

- 5) Priorizar acessos de ligações entre os bairros com o centro da cidade, visto a perspectiva de aumento da população; distribuição equilibrada da mobilidade urbana.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Equipe Técnica, devido a aprovação de áreas de loteamento, e considerando o adensamento populacional nestes locais, o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Jaguaraiava já prevê ações no que tange as necessidades futuras, categorizando em ações imediatas, para 5 (cinco) anos e 10 anos (Lei nº 2556/2015).

Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às dezenove horas e trinta minutos. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a audiência, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL
PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

13/11/2018

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e quarenta e sete minutos, na Escola Municipal Prefeito Aristides Soares, sito à Rua João da Cruz, s/nº, São Braz – Jaguaraiava – PR, foi iniciada a Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kall que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, e que de acordo com o Decreto nº. 371/2018 as Audiências acontecerão nos seguintes dias: dia sete de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Câmara Municipal de Jaguaraiava, localizada na Rua Prefeito Alo Sampaio Ribas, nº. 222, Bairro Cidade Alta, as dezoito horas e trinta minutos será realizada a assembleia de escolha dos Delegados representantes da população e as dezenove horas será dado o início da Audiência Pública, dia treze de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Prefeito Aristides Soares, localizada na Rua João da Cruz, s/nº, Bairro São Braz, com início às dezoito horas e trinta minutos, dia dezoene de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Rural Municipal Eurides Manoel Martins, localizada na Estrada Principal, s/nº, Bairro Lanças, com início às quinze horas, dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Rosa Collete, localizada na Rua Pedro Conde, nº. 97, Bairro Samambaia, com início às dezoito horas e trinta minutos; dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se no Cine Teatro Valéria Lucery, localizado na Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matarazzo, com início às dezoito horas e trinta minutos. Ao continuo, explicou que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do município nos seus aspectos econômico, físico e social. Ao continuo, convidou para fazer parte da Mesa Diretiva de Trabalho os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, o Presidente José Sloboda, Coordenadora Técnica Julianna Pedrosa Mendes, membros: Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Disney Alves de Oliveira, Giselle Inaiara Syring, Kátia Aparecida Miranda, Leonardo Von Linsingen, Sérgio Cruz, Hissashi Urmezu, como mediador o senhor Sidney Eduardo Magnone Vieira. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra a senhora Giselle Inaiara Syring, que cumprimentou os presentes e fez a leitura da ata da audiência pública do dia sete de novembro do ano corrente. Ao continuo, fez a leitura das respostas as propostas feitas pelas câmaras técnicas elaboras pela comissão técnica. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o mediador Sidney Eduardo Vieira, que cumprimentou os presentes e explanou sobre a importância da Revisão do Plano Diretor para o município e a participação da população nesse processo que visa atualizar as Leis, dez anos após a sua criação, visando as necessidades atuais da população tornando-se diretrizes para os próximos dez anos. Ao continuo, apresentou um vídeo, que informou sobre a atualização do PDM, que se dará após realização das Audiências com as propostas sugeridas pelas Câmaras Técnicas e avaliadas pela Comissão Técnica, após será elaborado um Projeto de Lei e encaminhado para Câmara Municipal de Jaguaraiava para ser aprovado. Ao continuo, demonstrou a importância do PDM para o município, que as comissões serão as responsáveis pelas sugestões de atualizar as políticas publicas, através de análises e estudos, que desses processos analisados pela Equipe Técnica da prefeitura, várias serão as propostas de melhoria para o município, pontuou ainda que esta revisão é um instrumento democrático de atualização do planejamento municipal, informou que o PDM foi instituído pela Lei Municipal nº. 1820/2008, e a revisão é objeto da Resolução 25. Ao continuo a Cerimonialista realizou a leitura do Regimento Interno das Audiências Públicas para Revisão do Plano Diretor de Jaguaraiava, elaborada pela Comissão Técnica, esclarecendo como será o andamento dos trabalhos. Ao continuo a Cerimonialista chamou Delegados eleitos na Assembleia para que ocupem seus respectivos lugares nas Câmaras Técnicas; igualmente solicitou aos membros da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor que tomassem assento junto aos grupos de trabalho, a fim de dirimir dúvidas técnicas pertinentes à sua área de atuação, os senhores: Alan Miranda; Amália Cristina Alves; Carlos Alberto Onellas; Carlos Perez Gomez; Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt; Eric Dudik Rogério; Francieli Baltala de Oliveira; Hérica Beatriz Suenar Castellar; Lucas Madureira Ferreira; Luiz Carlos Veiga Barboza; Mariana Andretto Balloni; Marília Rodrigues; Matheus Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pedro Leocádio Delgado; Pérola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkenner; Vinicius André Brizola de Oliveira. Ao continuo, a Cerimonialista convidou as demais pessoas presentes para escolherem suas câmaras técnicas, informando que as Câmaras Técnicas teriam um tempo de uma hora e trinta minutos para discutir as propostas de mudança apresentadas, ou, sugerir novas propostas. Ao continuo, as vinte e uma horas e vinte e um minutos, deu início a explanação de sugestões de alteração realizadas pelas Câmaras Técnicas através dos seus Relatores que foram escolhidos pelos integrantes de cada Câmara. Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA, o Delegado senhor Wellington Vitorio Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 6º. Parágrafo 1º. Substituir hora conveniente fora do horário comercial; Seção I / Capítulo I (Artigo 6º - Inciso V): Acrescentar detritos em geral, tais como: restos de móveis, pequenas reformas, podas e limpeza de jardim; Artigo 9º. – Inciso II: Substituir a palavra "asseio" por "limpeza"; Campanhas educativas na área rural, visando a sensibilização para o destino correto para os materiais recicláveis dentro; Implantação de ECOPONTOS dentro do perímetro urbano e rural; Com relação as denúncias de descartes indevido de lixo, sugestão para que a denúncia seja anônima, preservando a identidade da pessoa; Artigo 13: Acrescentar a colocação de filtros que minimizem fuligem e partículas em geral; Proposta Vitória – Lei Estadual 19.372/2017: fiscalização dos pontos de venda de vale gás, infringindo a referida Lei; no 6º do inciso VII, acrescentar ao final da redação que seja caracterizada como baixa renda as famílias com renda compatível para o Cadastro Único de referência, definida conforme o Decreto 6135/2004, que estabelece as famílias com renda per capita de 1/3 salário mínimo e no máximo 3 salário no total; Artigo 23: no inciso I, acrescentar após a palavra assistência social(a redação conforme a PNAS/2004); no Inciso II, suprimir

Centro de Orientação e Apoio Sócio Familiar ao Adolescente em Liberdade Assistida- COAALA, Grupo de Atenção a Dependência de Alcool e drogas- GRAAD, Casa de Nutrição- atendimento a crianças desnutridas, fundação Santa Marta- apoio a pessoas portadoras de câncer; em relação ao Projeto Vida, serviço tipificado conforme a Resolução nº 109/2009 com a denominação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para faixa etária de 18 a 59 anos para o público masculino; suprimir Provopar- Centro de Convivência; onde consta contra turno Social Pia e Caju, seja alterada a redação para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Primavera e Curumim, efetivando os serviços sócio assistenciais dentro do município; no Inciso VI seja suprimido o texto como a geração de renda, por convivência através de oficinas e grupos de convivência; no Inciso IX suprimir a palavra criar; no Inciso X Substituir a palavra implantar por Manter os Centros de Referência do Primavera e Pedrinha, com as equipes de referência de recursos humanos conforme a NOB RH SUAS, articulando a rede de serviço sócio assistencial que compõe a rede de atendimento dentro da proteção social básica com as entidades de atendimento CASMIM, Associação Projeto Vida, Associação Curumim; no Inciso XI substituir a palavra implantar por manter o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, no Inciso XIV, acrescentar a seguinte redação: com um programa de capacitação de forma permanente através da gestão municipal, em articulação com os níveis de gestão estadual e nacional; no Inciso XVII, acrescentar ao final da redação com a política publica de renda e trabalho através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES, o Delegado a senhora Kassima Karinna Giglioli Almeida Rocha, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Elizabeth Alves Ferreira, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 40: Inciso VII: Trocar a palavra "obrigatório" por "obrigatória"; Artigo 40: Inciso VIII Incluir após a palavra "mulheres", pessoas com deficiência; Artigo 42: Incluir após a palavra marcada, com tolerância máxima de 30 minutos; Parágrafo 1º. Incluir após a palavra "horário", "sem justificativa plausível; Artigo 43: Após a palavra "vendidos" acrescentar a palavra "promotor do evento".

Ato continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE, O Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Fabio Dias. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 40: Inciso VII: Trocar a palavra "obrigatório" por "obrigatória"; Artigo 40: Inciso VIII Incluir após a palavra "mulheres", pessoas com deficiência; Artigo 42: Incluir após a palavra marcada, com tolerância máxima de 30 minutos; Parágrafo 1º. Incluir após a palavra "horário", "sem justificativa plausível; Artigo 43: Após a palavra "vendidos" acrescentar a palavra "promotor do evento".

Ato continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE, O Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Fabio Dias. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 15: Remoção item II – Realizar mapeamento, pois no Governo Estadual já possui base de referência, evitando custos enormes; XI: 12 m² está atualizado?; XIII: Verificar o cumprimento ao plano Municipal de Educação dessa meta; XV: Maior fiscalização e aplicação de multas aos terrenos baldios; Artigo 16: Propor prazo para implantação; Artigo 17 – VI: Identificar os emissários pluviais que apresentem irregularidades perante a legislação ambiental. Suprimindo assim as diretrizes VI e VII; Artigo 21 – XX: Suprimir UAB; Artigo 21 – XXI: UAB; Artigo 24 – XV: Suprimir; Artigo 24 – XVI: Suprimir; Artigo 37, 38, 40 e 41: Acessibilidade e Segurança (Placas Indicativas). Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica IV: o Delegado, senhor José Trindade - Suplente Marcos José Legal, propostas foram elencadas pelo Relator: Miquêias Rodrigues Pereira, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008: Que as ruas Canguru e Francisco Beltrão possam ser consideradas ruas comerciais, de acordo com o pedido formalizado e abaixo assinado de moradores, pois os mesmos já contam com 18 pontos de comércio segundo informado pelos requerentes; Na Lei nº. 1825/2008, no art. 64. Parágrafo 4º: Acrescentar que a exigência de áreas de estacionamento seja dispensada para construções antigas e imóveis comerciais com alvará de funcionamento e habite-se anterior a lei, mas que a Lei seja aplicada apenas em construções novas. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica V – Tributos, O Delegado, senhora Rafaela S. Q. Betenheuser - Suplente Aluisio Pires, propostas foram elencadas pelo Relator: Carlos Perez Gomez, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 130: Após a palavra "similares" localizados em zona residencial constantes no anexo II da Lei 1821/2008... continua o existente; Artigo 186: Prazo de reclamação 60 dias e prazo para retirada 180 dias; Artigo 189: Incisos I e II: suprimir, pois nas seções está considerado de 0,3 a 100 UFM e será regulamentado por Lei Especifica; Artigo. 190: Incluir depois de "prazo legal" "notificação administrativa"; Artigo 194: Alterar o prazo de 10 dias para 30 dias. Observar se há a existência de legislação que ampare a possibilidade de parcelamento para valores maiores; Artigo 190: Discussão posterior da dívida consolidada tendo em vista que pode haver recurso em andamento. (parágrafo 2º.). Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica VI – Sistema Viário, o Delegado, senhora Eleidia Pontes, propostas foram elencadas pelo Relator: Roseli de Fátima. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008: Revisar a área de estacionamento defronte às instituições de ensino; Acrescentar na seção IV, revisão das rampas de acesso em guias rebaixadas, devido ao acúmulo de água que dificulta o acesso do pedestre e cadeirante; Acrescentar à seção II (Definições) a palavra "testada"; Da seção IV – Passeios e Arborização: Retirar do Art. 28 a multa, pois já consta no código tributário municipal; Adão da seção IV: Garantir a fiscalização do art. 25. e parágrafo 1º: Plantar outra árvore quando retirada; Art. 32. – da seção IV: Alterar o texto para (VIDE PROPOSTA); Inserção de artigo na seção III: Revisar a aplicação da Leis Federais e Estaduais no que tange as sinalizações horizontais e verticais, bem como a adequação dos fluxos; Reiteramos a proposta da audiência anterior (07/11), que o Poder Publico Municipal, faça contato com a administradora da ferrovia, a qual se encontra obsoleta, no sentido de provocar uma discussão sobre a possibilidade de transformar em ciclovia; Sugestão para a municipalização do trânsito com a criação de uma autarquia de trânsito a fim de fins de fiscalização e implantação de zona azul na região central. Ao continuo a Cerimonialista passou a palavra ao Presidente da Comissão Técnica, senhor José Sloboda para considerações. Ao continuo o Presidente explicou que o município está solicitando há algum tempo junto a empresa responsável pelas ferrovias a permissão para a construção de uma ciclovia ao lado da linha férrea, vez que a ferrovia não pode ser mexida até 2035. Ao continuo, explicou que também está sendo solicitado junto a união e a empresa responsável, a doação da área da ferrovia que liga a estação cidadã Agente Durvalino de Azevedo até a Pina. Ao continuo, comentou que com a revisão do PDM estaremos decidindo o futuro do município, que essa é uma responsabilidade muito grande, que os apontamentos feitos são de suma importância para nossa cidade, para podermos definir e discutir os rumos que nós queremos para nossa cidade, principalmente com as pessoas que habitam nossa cidade, nós, nossos filhos, netos e gerações vindouras. Ao continuo, explicou que das discussões realizadas nas audiências, será elaborado um plano diretor moderno que atenda todos os anseios da população ou pelo menos amenize algumas situações que hoje atrasam o crescimento da cidade, estabelecimentos de comércio, industrias e prestadoras de serviços. Ao



continuo, explicou que com revisão do plano diretor estaremos buscando alternativas para que as empresas se estabeleçam, para gerar empregos e consequentemente o crescimento econômico do município. Ato contínuo, agradeceu toda a equipe técnica pelo trabalho que está sendo realizado, agradeceu a presença de todos, enfatizando a participação da população e sua importância para que o plano diretor atenda a todas as necessidades da comunidade. Ato contínuo, convidou todos para participarem da próxima Audiência Pública, e encerrou a presente audiência às 21h52min. Por ser verdade eu Luciana Canavesi Cesário Pereira, secretariado a reunião, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

LEGIS

LEI Nº 19372 DE 20/12/2017

Publicado no DOE - PR em 22 dez 2017

Altera a Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, que proíbe a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, em shopping centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ ou de mesma inscrição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Insere § 3º ao art. 2º da Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, com a seguinte redação:

“§ 3º Veda aos estabelecimentos descritos no caput deste artigo a venda ou revenda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, por intermédio de vales, cartões ou quaisquer representações dos produtos descritos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2017.

Carlos Alberto Richa

Governador do Estado

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário de Estado da Fazenda

Valdir Rossoni

Chefe de Casa Civil

Tiã Medeiros

Deputado Estadual

Deputado Estadual

Lei 19372 - 20 de Dezembro de 2017

Publicado no Diário Oficial nº 10094 em 22 de Dezembro de 2017

Sumula: Altera a Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, que proíbe a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, em shopping centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ ou de mesma inscrição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Insere § 3º ao art. 2º da Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, com a seguinte redação:

“§ 3º Veda aos estabelecimentos descritos no caput deste artigo a venda ou revenda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, por intermédio de vales, cartões ou quaisquer representações dos produtos descritos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2017.

Carlos Alberto Richa

Governador do Estado

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário de Estado da Fazenda

Valdir Rossoni

Chefe de Casa Civil

Tiã Medeiros

Deputado Estadual

Deputado Estadual

Este documento poderá ser verificado no endereço eletrônico:

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
13/nov Escola Municipal Aristides Soares	
18h30min: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	
CÂMARA TÉCNICA I	
HIGIENE PÚBLICA	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Logradouros	Alan Miranda
Habituação e Terrenos	Amália Cristina Alves
Estabelecimentos Alimentação	Caroline de Almeida Faria Stalschmidt
Animais	Hérica Beatriz Sumar Castelan
	Luiz Carlos Veiga Barbosa
DELEGADO	TELEFONE
1) Wellington Tibério Doty	
2) Roberto R. Jones	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Caroline A. F. Stalschmidt	

https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=354233

12/11/2018

https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&c...

12 | 6ª feira | 22/Dez/2017 | Edição nº 10094

Diário Oficial Paraná

Diário Oficial Paraná

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2017

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

João Douglas Fabricio
Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

Valdir Rossoni
Chefe de Casa Civil

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Pedro Lupion
Deputado Estadual

AJB CTL CC Prot. 14.471.984-0

Lei nº 19.370

Data 20 de dezembro de 2017

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Giuseppe Leonardi.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Giuseppe Leonardi.

Lei nº 19.372

Data 20 de dezembro de 2017

Altera a Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, que proíbe a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, em shopping centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ ou de mesma inscrição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere § 3º ao art. 2º da Lei nº 15.636, de 1º de outubro de 2007, com a seguinte redação:

“§ 3º Veda aos estabelecimentos descritos no caput deste artigo a venda ou revenda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, por intermédio de vales, cartões ou quaisquer representações dos produtos descritos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2017

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Mauro Ricardo Machado Costa
Secretário de Estado da Fazenda

Valdir Rossoni
Chefe de Casa Civil

Tiã Medeiros
Deputado Estadual

PROPOSTAS	
1) Art. 6º parágrafo 1º: substitua a forma convergente com fins de higiene comercial.	
2) Artigo I / Capítulos I e II	
Decreto de trânsito em geral, tais como: ruas de mão única, faixas de trânsito, pontos de parada de ônibus, etc.	
3) Artigo 9º / II	
Substitua a palavra "ano" por "tempo".	
4) Campanhas educativas na via pública, visando a sensibilização para o trânsito seguro para os motoristas, pedestres e ciclistas.	
5) Implementação de espaços dentro do município visando a saúde.	

PROPOSTAS	
6) Com relação às denúncias de descarte em: devido de lixo, sugeriu-se para que a denúncia seja encaminhada, preservando a identidade da pessoa.	
7) Art. 13: Acrescentar a atribuição de funções que minimizem furtos e perturbações em geral.	
8) Proposta Artística	
Ser Estadual 19372 (20/12/2017)	
fiscalização dos pontos de venda de vales, infringindo a legislação.	

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
13/nov Escola Municipal Aristides Soares	
18h30min: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	
CÂMARA TÉCNICA II	
USOS E COSTUMES	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Saneamento Público	Lucas Madureira Ferreira
Diversificação Pública	Maurício Oliveira Amaral
Obstrução de Ruas	Sérgio Cruz
DELEGADO	TELEFONE
1) Karimma Moura G.A. Rocha	43-99663-0899
2) Elizabeth Alves Ferreira	43-999891933
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Elizabeth Alves Ferreira	43-99989-1933

PROPOSTAS	
Artigo 40 - inciso IV - trocar a palavra obrigatório por obrigatória.	
Artigo 40 - inciso III - incluir após a palavra mulheres, a palavra (pessoas) pessoas com deficiência.	
Artigo 43 - incluir após a palavra metragem com dimensão máxima de 30cm (curvas).	
Parágrafo 1º - incluir após a palavra ruas a palavra "sem justificativa plausível".	
Artigo 43 - após a palavra ruínas acrescentar a palavra "premiado de ruínas".	
Artigo 44 - parágrafo único - no final, trocar a palavra metragem por metragem.	
Artigo 44 - trocar a palavra preferência por município de Jaguariaíva.	
Obs. Art. 5º da Lei 19372 - substitua o município de Jaguariaíva.	
Em todos os casos.	



Nome: Ruda Paul de Brito RG: 12.325.115-6

Nome: Ana Grazi Ribeiro Martins RG: 7.921.618-6

Nome: Letícia Ribeiro Martins RG: 14.916.242-9

Nome: Ailton José Martins RG:

Nome: Cíntia Oliveira Ribeiro RG: 9.512.214-0

Nome: Gabriela Miranda RG: 14.691.314-8

Nome: Maria Claudete Borges RG: 19.571.719

Nome: Oland Braga RG: 13.106.460-5

Nome: Evaldo Braga RG:

Nome: Edlene Braga RG:

Nome: Michel Costa de Silva RG:

Nome: Humal Braga do Sêro RG:

Nome: Anacy P. Almeida RG:

Nome: Gláucia Maria M. dos Santos RG:

Nome: Maria Gomes de Oliveira RG:

Nome: Josiê Gomes Miranda RG:

Nome: Luni Miranda RG:

Nome: Gláucia Jantos Teixeira RG:

Nome: Gilmar Fiu - Jango RG:

Nome: Marcos Batista S.R. RG: 6.561.663-3

Nome: Juliana Berto da Silva RG: 8.380.735-0

Nome: RG:

Nome: RG:

Nome: RG:

Nome: RG:

Nome: RG:

Nome: Leonel de Almeida RG: 5303.984-7

Nome: Paulo Vitor RG: 34.680.556-4

Nome: Danilo Henrique da Silva RG: 8722.803-1

Nome: Jefferson Simão da Silva RG: 6166.000-0

Nome: Anthony Francisco Miranda RG: 1249.516-2

Nome: Raulino de S. S. RG: 035.380.335-3

Nome: Carlos Augusto de S. S. RG: 10.820.311-1

Nome: Equale Somo de Souza RG: 11.330.780-8

Nome: Alexandre S. Oliveira RG: 61.681.305-6

Nome: RG: 7.138.31-6

Nome: Marcelo Augusto M. de Oliveira RG: 14.563.031-6

Nome: Edson Antônio de Oliveira RG: 16.503.548-2

Nome: RG: 6.232.752-9

Nome: Jaqueira Ep. Baccat RG: 14.110.059-9

Nome: Jéfira Tachak de Luz RG: 10.339.720-6

Nome: Thais de Souza de Araújo RG: 11.103.650-0

Nome: Elton Macedo de Luz RG:

Nome: Rafael Macedo de Luz RG:

Nome: Roberto Ribeiro de Almeida RG:

Nome: Francisco B. Barros RG:

Nome: RG:

Nome: RG:

Nome: Wellington C. RG:

Nome: Graziela Miranda G. S. RG: 5.636.842-6

Nome: Yanni G. S. RG: 1.452.865

Nome: Jéssica M. N. F. RG: 12.693.127-1

Nome: Ana Luiza N. G. RG: 14.500.311-0

Nome: Patrícia Ap. da Silva RG: 8.545.009-3

Nome: J. J. Ap. da Silva RG: 8.296.605-6

Nome: Maycon Douglas Oliveira RG: 13.488.517-7

Nome: Jucimara Rufino de S. S. RG: 15.030.601-9

Nome: José Ap. S. S. RG: 9.223.190-9

Nome: Edival de Souza RG:

Nome: Alexandrina de Oliveira J. S. RG:

Nome: Marcia de S. S. S. RG:

Nome: Gláucia de S. S. S. RG:

Nome: S. S. S. S. S. RG: 5.307.974-1

Nome: Mauro Moreira RG: 9.619.009-3

Nome: RG:

Nome: Botão Nuno dos Reis Rodrigues RG: 548.76.79-3

Nome: J. J. N. de S. S. S. RG: 6.640.166-9

Nome: Juliana G. S. S. RG: 12.630.527-3

Nome: Rosilda Rodrigues J. S. RG: 9.050.9438

Nome: Almaro Gomes Rodrigues RG: 12.466.730-5

Nome: José Antônio S. S. RG: 3.575.329-2

Nome: J. J. S. S. S. RG: 308.187-0

Nome: J. J. S. S. S. RG: 355.690.2-2

Nome: S. S. S. S. RG: 8.946.423-4

Nome: E. S. S. S. S. RG: 8.235.018-7

Nome: M. S. S. S. S. RG: 802573059-04

Nome: J. J. S. S. S. RG: 5.341.260-2

Nome: J. J. S. S. S. RG: 10.134.501-06

Nome: Béli Rodrigues Teixeira RG: 12.589.986-5

Nome: Elsonia de Melo Almeida RG: 6063549-8

Nome: J. J. S. S. S. RG: 4709444-0

Nome: E. S. S. S. S. RG: 3.157.438-2

Nome: J. J. S. S. S. RG: 5.371.372-8

Nome: E. S. S. S. S. RG: 5.083.877-5

Nome: Univaldo J. S. S. RG: 5.208.228-2

Nome: M. S. S. S. S. RG: 13.744.590-5

Nome: J. J. S. S. S. RG: 4.587.643-8

Nome: A. S. S. S. S. RG: 8.289.7246-3

Nome: D. S. S. S. S. RG: 10.470.108-6

Nome: J. S. S. S. S. RG: 8.940.699-4

Nome: J. S. S. S. S. RG: 21.603.377

AUDIÊNCIA PÚBLICA

13/nov | Escola Municipal Aristides Soares



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ

CÂMARA TÉCNICA V

TRIBUTOS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Notificação/Sanção	Carlos Perez Gomez
Planta Genérica	Daniel Alves de Oliveira
Comércio Ambulante	Matheus Rizzato Rivalto
Horário de Funcionamento	Maurício Oliveira Amaral
Feiras Livres	Nara Giselle Bueno
	Vinicius André Brizola de Oliveira

DELEGADO

TELEFONE

1) Rafaela G. S. S. S.	43.946.74.682
2) Alexandre P. S. S. S.	
3)	

RELATOR

TELEFONE

1) Vinicius André Brizola	43.949.37.497
---------------------------	---------------

24/12/2018

PROPOSTAS

① ART. 130 - ADOTAR A MANEIRA SIMILAR LOCALIZANDO EM ZONA RESIDENCIAL CONSTATADA NA ANEXO II DA LEI 1024/2008 ... CONTINUA O EXISTENTE.
② ART. 180 - PRAZO DE RECLAMAÇÃO 60 DIAS E PRAZO PARA RETIRADA 180 DIAS.
③ ART. 189 - JACOBI E II SUPERIOR, POIS NAS SEÇÕES ESTÁ CONSIDERADO DE 0,3 + 100 UFM E SERÁ REGULA MENTADO POR LEI ESPECÍFICA.
④ ART. 190 - INCLUIR REPOB TE "TRABO LEGAL", NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA.
⑤ ART. 194 - ALTERAR O PRAZO DE 30 DIAS PARA 30 DIAS. OBSERVAR SE HÁ EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO QUE AMPARE A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO PARA VALORES MAIORES.



PROPOSTAS
Art. 190 - DISCUSSÃO POSTERIOR DA DÍVIDA CONSOLIDADA TENDO EM VISTA QUE PODE HAVER RECURSO EM AUMENTO § 2º
<i>[Handwritten signature]</i>

PROPOSTAS
com horizontal e vertical, bem como a adequação de fluxos.
⑤
Reiteramos a PROPOSTA da audiência pública, para que o Poder Público municipal, se faça contato com a administradora da Focovisa, a qual se encontra OBSOLETA, no sentido de promover uma discussão sobre a possibilidade de transformar em elevvia.
⑥
a SUGESTÃO para municipalização da transeia com a criação de uma autarquia de transeia a fim de fiscalização e implantação da ZONA AZUL na região central. (PROPOSTA)
<i>[Handwritten signature]</i>

LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ARISTIDES SOARES

DATA: 13/11/2018 às 18:30 horas

POPULAÇÃO

	NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
43	PROF. DR. JOSÉ	5726.872-5	<i>[Signature]</i>
44	PROF. DR. JOSÉ	91.244.542-1	<i>[Signature]</i>
45	PROF. DR. JOSÉ	8902.048-9	<i>[Signature]</i>
46	PROF. DR. JOSÉ	081.094.292-5	<i>[Signature]</i>
47	PROF. DR. JOSÉ	081.236.329-0	<i>[Signature]</i>
48	PROF. DR. JOSÉ	604.646.359-6	<i>[Signature]</i>
49	PROF. DR. JOSÉ	049.613.924-2	<i>[Signature]</i>
50	PROF. DR. JOSÉ	083.078.249-55	<i>[Signature]</i>
51	PROF. DR. JOSÉ	048.310.473-0	<i>[Signature]</i>
52	PROF. DR. JOSÉ	044.749.783-66	<i>[Signature]</i>
53	PROF. DR. JOSÉ	18.600.099-8	<i>[Signature]</i>
54	PROF. DR. JOSÉ	509.700.000-00	<i>[Signature]</i>
55	PROF. DR. JOSÉ	9.746.802-2	<i>[Signature]</i>
56	PROF. DR. JOSÉ	896.913.359-15	<i>[Signature]</i>
57	PROF. DR. JOSÉ	066.671.788-37	<i>[Signature]</i>
58	PROF. DR. JOSÉ	7.173.967-8	<i>[Signature]</i>
59	PROF. DR. JOSÉ	30.541.021-1	<i>[Signature]</i>
60	PROF. DR. JOSÉ	1.967.360-1	<i>[Signature]</i>
61	PROF. DR. JOSÉ	4.153.556-4	<i>[Signature]</i>
62	PROF. DR. JOSÉ	10.301.670-5	<i>[Signature]</i>
63	PROF. DR. JOSÉ	110.224.359-64	<i>[Signature]</i>

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
13/nov Escola Municipal Aristides Soares	
18h30min: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ	
CÂMARA TÉCNICA VI	
SISTEMA VIÁRIO	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Mobilidade	Carlos R. Carmo
Tráfego	Juliana Pedrosa Mendes
Estacionamento	Marília Rodrigues
Zonamento	Paulo Vitor Onisko
	Sérgio Cruz
DELEGADO	TELEFONE
1) Eliana Pontes	988110355
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Mariana S. Kubiński	9929 7554























LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ARISTIDES SOARES

DATA: 13/11/2018 às 18:30 horas

POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
1. <i>[Handwritten Name]</i>	8.108.729-9	<i>[Signature]</i>
2. <i>[Handwritten Name]</i>	8.045.081-0	<i>[Signature]</i>
3. <i>[Handwritten Name]</i>	4.359.440-7	<i>[Signature]</i>
4. <i>[Handwritten Name]</i>	4.004.651-2	<i>[Signature]</i>
5. <i>[Handwritten Name]</i>	7.050.403-11	<i>[Signature]</i>
6. <i>[Handwritten Name]</i>	8.068.374-0	<i>[Signature]</i>
7. <i>[Handwritten Name]</i>	456.747.287-65	<i>[Signature]</i>
8. <i>[Handwritten Name]</i>	3.183.995-87	<i>[Signature]</i>
9. <i>[Handwritten Name]</i>	3.525.681-4	<i>[Signature]</i>
10. <i>[Handwritten Name]</i>	2.845.789-97	<i>[Signature]</i>
11. <i>[Handwritten Name]</i>	072.781.052-13	<i>[Signature]</i>
12. <i>[Handwritten Name]</i>	907.304.751-50	<i>[Signature]</i>
13. <i>[Handwritten Name]</i>	7.004.051-04	<i>[Signature]</i>
14. <i>[Handwritten Name]</i>	112.062.021-11	<i>[Signature]</i>
15. <i>[Handwritten Name]</i>	434.460.424-00	<i>[Signature]</i>
16. <i>[Handwritten Name]</i>	456.724.950-00	<i>[Signature]</i>
17. <i>[Handwritten Name]</i>	456.34.321-3	<i>[Signature]</i>
18. <i>[Handwritten Name]</i>	5.261.691-1	<i>[Signature]</i>
19. <i>[Handwritten Name]</i>	859.2719-10	<i>[Signature]</i>
20. <i>[Handwritten Name]</i>	094.454.949-70	<i>[Signature]</i>
21. <i>[Handwritten Name]</i>		<i>[Signature]</i>

			LISTA DE PRESEÇA		
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ARISTIDES SOARES			Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava		
DATA: 13/11/2018 às 18:30 horas					
POPULAÇÃO					
NOME		RG ou CPF		ASSINATURA	
64	Prof. Dr. João Carlos	7049326			
65	Prof. Dr. João Carlos	12.765.440-0			
66	Prof. Dr. João Carlos	905.573.929-49			
67	Prof. Dr. João Carlos	448.916.615-00			
68	Prof. Dr. João Carlos	6.079.302-3			
69	Prof. Dr. João Carlos	19.168.192-3			
70	Prof. Dr. João Carlos	30.000.462-0			
71	Prof. Dr. João Carlos	33.395.905-0			
72	Prof. Dr. João Carlos	2.528.401			
73	Prof. Dr. João Carlos	42.616.350-4			
74	Prof. Dr. João Carlos	36.261.294-07			
75	Prof. Dr. João Carlos	7.155.430-0			
76	Prof. Dr. João Carlos	6.971.748.342-80			
77	Prof. Dr. João Carlos	4.588.208-0			
78	Prof. Dr. João Carlos	5.159.661-4			
79	Prof. Dr. João Carlos	8.115.631-6			
80	Prof. Dr. João Carlos	12.165.720-9			
81	Prof. Dr. João Carlos	2.805.581.149			
82	Prof. Dr. João Carlos	10.850.377-1			
83	Prof. Dr. João Carlos				
84	Prof. Dr. João Carlos				

PROPOSTAS
Art. 184 - RUA DE ACESSO A ALÇA DE ESTACIONAMENTO DEPOIS DA INTERSECÇÃO DE RUAS (HCL 120)
1) acrescentar na seção II, revisão das rampas de acesso em vias subterrâneas, a norma de acessibilidade de água que dificulte o acesso do pedestre a calçadas.
2) acrescentar a seção II (Revisão) a palavra TESTADA
3) na seção II - Parques e Orlas, retirar do artigo 28 a multa, por não estar no código tributário municipal.
4) alterar a seção IV, quando a fiscalização de parâmetros (Parâmetros quando aplicados) no artigo 32 da seção IV, alterar para (Vide Proposta)
5) REVISÃO PROPOSTA, inserção de artigo na seção III, revisar a aplicação das leis locais, inseridas no que tange as malhas.

LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ARISTIDES SOARES

DATA: 13/11/2018 às 18:30 horas

POPULAÇÃO			
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA	
22	PROF. DR. JOSÉ	222.069.737-67	<i>[Signature]</i>
23	PROF. DR. JOSÉ	446.895.2-0	<i>[Signature]</i>
24	PROF. DR. JOSÉ	416.000-6	<i>[Signature]</i>
25	PROF. DR. JOSÉ	083.013.001-50	<i>[Signature]</i>
26	PROF. DR. JOSÉ	078.949-9	<i>[Signature]</i>
27	PROF. DR. JOSÉ	1.118.300-1	<i>[Signature]</i>
28	PROF. DR. JOSÉ	034.136.601-30	<i>[Signature]</i>
29	PROF. DR. JOSÉ	048.768.9-3	<i>[Signature]</i>
30	PROF. DR. JOSÉ		<i>[Signature]</i>
31	PROF. DR. JOSÉ	5.434.121-6	<i>[Signature]</i>
32	PROF. DR. JOSÉ	222.354.249-04	<i>[Signature]</i>
33	PROF. DR. JOSÉ	010.78.124-61	<i>[Signature]</i>
34	PROF. DR. JOSÉ	50.430.308-9	<i>[Signature]</i>
35	PROF. DR. JOSÉ	9.620.117-10	<i>[Signature]</i>
36	PROF. DR. JOSÉ	6.462.899-0	<i>[Signature]</i>
37	PROF. DR. JOSÉ	4.051.244-0	<i>[Signature]</i>
38	PROF. DR. JOSÉ	11.049.746-1	<i>[Signature]</i>
39	PROF. DR. JOSÉ	0.000.000-9	<i>[Signature]</i>
40	PROF. DR. JOSÉ	5.343.467-7	<i>[Signature]</i>
41	PROF. DR. JOSÉ	7.130.312-3	<i>[Signature]</i>
42	PROF. DR. JOSÉ	6.105.463-5	<i>[Signature]</i>

LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ARISTIDES SOARES

DATA: 13/11/2018 às 18:30 horas

POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
85 <i>Silvia Edinete de Vaz</i>	<i>7.631.676-1</i>	<i>[Signature]</i>
86 <i>Roberto de Ag. N. Machado</i>	<i>77.304.0-2</i>	<i>[Signature]</i>
87 <i>Edinete de Vaz</i>	<i>044- 438- 889-34</i>	<i>[Signature]</i>
88 <i>Roberto de Ag. N. Machado</i>	<i>101.365.930-08</i>	<i>[Signature]</i>
89 <i>Edinete de Vaz</i>	<i>000.851.860.411</i>	<i>[Signature]</i>
90 <i>Roberto de Ag. N. Machado</i>	<i>12.970.169-2</i>	<i>[Signature]</i>
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		
99		
100		
101		
102		
103		
104		
105		



**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA
PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
ATA nº. 08/18 - PDM de 08 de novembro de 2018**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação Centro Administrativo Otávio Renato Baroni, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3.º andar – Cidade Alta – Jaguaraiava – PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para revisão do plano Diretor: Juliana Pedrosa Mendes, Giselle Inaiara Syring, Daniel Alves de Oliveira, Kátia Aparecida Miranda, Leonardo Von Linsingen, Hisashi Humezu e o senhor Carlos Perez Gomez membro da Equipe técnica para revisar as propostas da segunda Audiência Pública. A Coordenadora senhora Juliana Pedrosa Mendes agradeceu a presença de todos, parabenizou pelo bom andamento dos trabalhos realizados com êxito na audiência do dia anterior. Ao contínuo passou a palavra a senhora Giselle Inaiara Syring, que procedeu a leitura das propostas, quais sejam:

**PROPOSTAS RECEBIDAS POR OCASIAO DA
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR REALIZADA EM
13/11/2018**

Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA

- o Delegado: Wellington Vitorio Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes
- o Relator: Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt;

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Art. 6º, Parágrafo 1º: Substituir hora conveniente fora do horário comercial.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Equipe Técnica.

- 2) Seção I / Capítulo I Art. 6º - Inciso V): Acrescentar detritos em geral, tais como: restos de móveis, pequenas reformas, podas e limpeza de jardim.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica. Passando a ser considerada a seguinte redação: "V – Remover todo material remanescente e detritos em geral das obras ou serviços, como restos de móveis, podas e limpeza de jardim, exceto ainda a varrição e lavagem do local, imediatamente após a conclusão das atividades;"

- 3) Art. 9º, – Inciso II: Substituir a palavra "asseio" por "limpeza".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 4) Campanhas educativas na área rural, visando a sensibilização para o destino correto para os materiais recicláveis dentro.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 5) Implantação de ECOPONTOS dentro do perímetro urbano e rural.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 6) Com relação às denúncias de descartes indevido do lixo, sugestão para que a denúncia seja anônima, preservando a identidade da pessoa.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitada pela Comissão Técnica. Pois não há serviços de acolhimento de denúncias na Prefeitura Municipal.

- 7) Art. 13: Acrescentar a colocação de filtros que minimizem fuligem e partículas em geral.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica. Aceito pela Comissão Técnica. Porém com a alteração da troca da palavra "filtro" para "dispositivos de contenção", passando a ter a seguinte redação: "As chaminés, de qualquer espécie, de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente e contarão com a instalação de dispositivos de contenção para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos."

- 8) Proposta Vitória – Lei Estadual 19.372/2017: fiscalização dos pontos de venda de vale-gás, infringindo a refenda lei.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica. Aceito pela Comissão Técnica. Pois a Poder Público Municipal tem o dever de trabalhar com as Leis Estaduais e Federais.

PROPOSTAS DE WELLINGTON VITORIO FITZ

- 1) No 6º do inciso VII, acrescentar ao final da redação que seja caracterizada como baixa renda, as famílias com renda mensal per capita inferior ao Cadastro Único de referência, definida conforme o Decreto 6135/2004, que estabelece as famílias com renda per capita de 1/3 salário mínimo e no máximo 3 salários no total.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) No Artº 2º, no inciso I, acrescentar após a palavra assistência social (a redação conforme a PNAS/2004).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 3) Inciso II, suprimir Centro de Orientação e Apoio Sócio Familiar ao Adolescente em Liberdade Assistida-COAAFLA, Grupo de Atenção a Dependência de Alcool e drogas- GRAAD, Casa de Nutrição, atendimento a crianças desnutridas, fundação Santa Marta- apoio a pessoas portadoras de câncer;

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 4) Em relação ao Projeto Vida, serviço tipificado conforme a Resolução nº 109/2009 com a denominação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para faixa etária de 18 a 59 anos para o público masculino.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, porém com a seguinte redação: "Projeto Vida – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para dependentes químicos."

- 5) Suprimir PROVOPAR - Centro de Convivência; onde consta Contraturno Social- Pia e Cuiabá, seja alterada a redação para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Primavera e Curumim, efetivando os serviços sócio assistenciais dentro do município.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
A Comissão Técnica chegou ao seguinte consenso: Que a supressão deste inciso exclua a possibilidade de retorno da PROVOPAR atuar no Município. Na pesquisa que fizemos a PROVOPAR deixou de ser um programa do Governo Estadual e passou a ser uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. No Município ela deixou de atuar por não ter gestão por parte da administração da época.

- 6) Inciso VI, seja suprimido o texto como a geração de renda, por convivência através de oficinas e grupos de convivência.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
A Comissão chegou ao seguinte consenso: Que se emos verificar o que diz a Política Nacional de Assistência Social, para alterar corretamente a redação.

- 7) Inciso IX- suprimir a palavra criar.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica

- 8) Inciso X- Substituir a palavra implantar por Manter os Centros de Referência do Primavera e Pedrinha, com as equipes de referência de recursos humanos conforme a NOB RH SUAS; articulando a rede de serviço sócio assistencial que compõe a rede de atendimento dentro da proteção social básica com as entidades de atendimento CASMI, Associação Projeto Vida, Associação Kurumim.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, este inciso passará a ter a seguinte redação: "Manter Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CRAS) – espaço responsável pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. É a "porta de entrada" dos usuários à rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E manter os Serviços Assistenciais prestados e/ou a serem implantados no Município;"

- 9) Inciso XI- substituir a palavra implantar por manter o Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, este inciso passará a ter a seguinte redação: "Manter Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) – unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem oferecer apoio e acompanhamento individualizado especializado. Nesta perspectiva, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade com o referência e a contra referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõe o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais;

- 10) Inciso XIV, acrescentar a seguinte redação com um programa de capacitação de forma permanente através da gestão municipal, em articulação com os níveis de gestão estadual e nacional.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, este inciso passará a ter a seguinte redação: "Promover a capacitação permanente dos profissionais em articulação com os níveis de gestão estadual e federal para um melhor desenvolvimento das ações;"

- 11) Inciso XVIII, acrescentar ao final da redação com a política pública de renda e trabalho através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, este inciso passará a ter a seguinte redação: "Desenvolver projetos culturais literários através da política pública de renda e trabalho em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;"

Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES

- o Kassima Karinna Gigli Almeida Rocha
- o Relator: Elizabeth Alves Ferreira

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Art. 40. – Inciso VII: Trocar a palavra "obrigatório" por "obrigatório".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) Art. 40. – Inciso VII: Incluir após a palavra "mulheres", pessoas com deficiência.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, pois na continuidade do inciso já foi inserido pela Equipe Técnica a proposta que tem o seguinte texto: "...sendo obrigatória a disponibilidade de no mínimo 1 (uma) instalação sanitária acessível masculina e 1 (uma) feminina de acordo com a NBR 9050/2015..."

- 3) Art. 42: Incluir após a palavra marcada, com tolerância máxima de 30 minutos

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, porém contendo a seguinte alteração: aumentamos o tempo para 1 (uma) hora. O artigo em questão passará a ter a seguinte redação: "Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada, com tolerância máxima de 1 (uma) hora."

- 4) Parágrafo 1º: Incluir após a palavra "horário", "sem justificativa plausível".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, o referido parágrafo passará a ter a seguinte redação: "Em caso de modificação do programa ou de horário sem justificativa plausível, o empresário deverá avisar aos espectadores o preço da entrada."

- 5) Art. 43. : Após a palavra "vendedores" acrescentar a palavra "promotor do evento"

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, o artigo passará a ter a seguinte redação: "Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos pelo promotor do evento por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo."

- 6) Art. 44. – Parágrafo único: Ao final, trocar a palavra "necessário" por "necessárias".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 7) Art. 44: Trocar a palavra prefeitura por Município de Jaguaraiava.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 8) Obs.: Onde se lê "Prefeitura" substitua por "Município de Jaguaraiava". Em todas as citações.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 9) Art. 45: Trocar "ginsíno de esportes" por "eventos esportivos".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitado pela Comissão Técnica. Será mantida a redação inicial, pois o artigo está se referindo a locais e não eventos.

- 10) Art. 48: Trocar "regulamentado" por "regulamentada".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, e ainda suprimimos: "...de 0,3 a 100 UFM..."

- 11) Parágrafo único – Art. 50: Trocar a palavra "solicitado" por "solicitada".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 12) Art. 51: Propõe-se a inclusão da determinação em que o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, não seja feito diretamente nas vias públicas, mas sim dentro de aparatos apropriados que evitem, por exemplo, o entupimento de bueiros.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, porém a sugestão será incluída no Art. 6º da mesma Lei. E o Art. 6º deverá ser referenciado no Art. 51. O Art. 6º - inciso V passará a ter a seguinte redação: "Remover todo material remanescente das obras ou serviços, condicionando em recipientes estanques de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua, bem como posteriormente executar a varrição e lavagem do local, imediatamente após a conclusão das atividades."

- 13) Art. 52 – Inciso I: Substituir a palavra "excessiva" por "incompatível" com a legislação de trânsito em vigor.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 14) Art. 52 – Inciso II: Substituir a palavra "bravos" por "perigosos".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 15) Art. 52 – Inciso III: Substituir a palavra "atirar" por "lançar".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 16) Art. 52 – Inciso IV: Incluir após a palavra "veículos", "em pontos fixos".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, o inciso passará a ter a seguinte redação: "Expor e expor qualquer tipo de mercadoria, mesmo que carregados em veículos, em pontos fixos."

Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE
o Delegado: Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira
o Relator: Fábio Dias

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

- 1) Art. 15: Remoção item II – Realizar mapeamento, pois no Governo Estadual já possui base de referência, evitando custos desnecessários.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) XI: 12 m² está atualizado?

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica. Está atualizado.

- 3) XIII: Verificar o cumprimento ao plano Municipal de Educação dessa meta.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 4) XV: Maior fiscalização e aplicação de multas aos terrenos baldios.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 5) Art. 16: Propor prazo para implantação.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitado pela Comissão Técnica. A colocação não cabe para este artigo. As políticas de serviços públicos são contínuas.

- 6) Art. 17 – VII: Identificar os emissários pluviais que apresentem irregularidades perante a legislação ambiental. Suprimindo assim as diretrizes VI e VII.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitado pela Comissão Técnica. Está contemplado na Lei Municipal nº 1825/2008 e será adicionado à Lei 1820/2008.

- 7) Art. 21 – XX: Suprimir UAB

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 8) Art. 21 – XXI: UAB

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 9) Art. 24 – XV: Suprimir.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 10) Art. 24 – XVI: Suprimir.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 11) Art. 37, 38, 40 e 41: Acessibilidade e Segurança (Placas Indicativas).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitado pela Comissão Técnica. A redação apresentada está insuficiente para realizar uma análise. Solicita-se reiterar a proposta na próxima audiência, com uma descrição mais detalhada.

Câmara Técnica IV
o Delegado: José Trindade - Suplente Marcos José Legat
o Relator: Miquelins Rodrigues Pereira

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008:

- 1) Que as ruas Canguçu e Francisco Beltrão possam ser consideradas ruas comerciais, de acordo com o pedido formalizado e alvará assinado de moradores, pois os mesmos já contam com 18 pontos de comércio segundo informado pelos requerentes.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, esclarecemos que de acordo com a nova proposta de Zoneamento, através da tabela de Uso e Ocupação do Solo, esses comercios são permitidos, mesmo se tratando da nomenclatura da zona ser ZC3 – Zona Residencial 3.

- 2) Na Lei nº. 1825/2008, no art. 64 Parágrafo 4º: Acrescentar que a exigência de áreas de estacionamento seja dispensada para construções antigas e imóveis comerciais com alvará de funcionamento e habite-se anterior a lei, mas que a Lei seja aplicada apenas em construções novas.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, porém adicionamos a seguinte redação ao final do parágrafo: "...desde que não seja ampliada a área construída". Portanto o parágrafo 4º passará a ter a seguinte redação: "...e a área construída não seja ampliada em edificações já existentes com uso diferente do pretendido, ~~sendo as áreas de estacionamento, habite-se e alvará de funcionamento, desde que não seja ampliada a área construída.~~"

Câmara Técnica V – TRIBUTOS
o Delegado: Rafaela S. O. Betenheuser - Suplente Aluísio Pires
o Relator: Vinicius André Brizola

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Art. 130: Após a palavra "similares" localizados em zona residencial constantes no anexo II da Lei 1821/2008... continue o existente.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, portanto o Art. 130 passará a ter a seguinte redação: "Os bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e similares, localizados em Zona Residencial constantes no anexo II da Lei Municipal nº 1821/2008, deverão encerrar suas atividades;"

- 2) Art. 186: Prazo de reclamação 60 dias e prazo para retratada 180 dias.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

- 3) Art. 189: Incisos I e II: suprimir, pois nas seções está considerado de 0,3 a 100 UFM e será regulamentado por Lei Específica.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, o art. 189 passará a ter a seguinte redação: "Independente de outras sanções previstas na legislação em geral e pelo presente Código, serão aplicadas multas a serem regulamentadas por Lei Específica."

- 4) Art. 190 : Incluir depois de "prazo legal" "notificação administrativa",

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, o art. 190 passará a ter a seguinte redação: "A penalidade pecuniária será judicialmente executada e imposta de ofício e trocar diretrizes e pelos meios habéis se o infrator recusar a satisfazê-la no prazo legal, notificação administrativa."

- 5) Art. 194: Alterar o prazo de 10 dias para 30 dias. Observar se há a existência de legislação que ampare a possibilidade de parcelamento para valores maiores.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, o prazo será alterado de 10 para 30 dias, o prazo de parcelamento também foi aceito, mas será regulamentado por lei específica.

- 6) Art. 190: Discussão posterior da dívida consolidada tendo em vista que pode haver recurso em andamento. (parágrafo 2º-)

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Em análise pela Comissão Técnica.

Câmara Técnica VI – Sistema Viário
o Delegado: Elton Pontes
o Relator: Daiana S. Krubnick

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008:

- 1) Revisar a área de estacionamento de frente às instituições de ensino.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, concordamos que a reivindicação é válida. Por se tratar da Revisão de um Plano Diretor Municipal onde o objeto é e trocar diretrizes mais abrangentes, pontuamos aqui que a inserção do inciso IV (no Art. 21) mencionado no parecer da proposta 7 desta Câmara Técnica, atende também a esta sugestão.

- 2) Acrescentar na seção IV, revisão das rampas de acesso em guias rebaixadas, devido ao acúmulo de água que dificulta o acesso do pedestre e cadeirante.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, inserção de Art. Com a seguinte redação: "É de responsabilidade do Poder Público, através do órgão competente, identificar a localização no projeto que tanto tangue ao cumprimento das normativas vigentes quanto as diretrizes de reforma ou implantação dos passeios."

- 3) Acrescentar à seção II (Definições) a palavra "testada".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:



Aceito pela Comissão Técnica, inserção da definição de TESTADA: porção de via pública que fica à frente de um lote.

4) Da seção IV – Passeios e Arborização: Retirar do Art. 28 a multa, pois já consta no código tributário municipal.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica.

5) Ainda da seção IV: Garantir a fiscalização do art. 25 e parágrafo 1º: Plantar outra árvore quando retirada.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Aceito pela Comissão Técnica, está proposta foi realizada em cima de um artigo já suprimido em correções anteriores. Porém em atendimento, realizaremos a inserção no artigo que contempla a aplicação do Plano de Arborização Urbana do Município.

6) Art. 32. – da seção IV: Alterar o texto para (VIDE PROPOSTA).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:
Rejeitado pela Comissão Técnica. A redação apresentada está insuficiente para realizarmos uma análise. Solicita-se reiterar a proposta na próxima audiência, com uma descrição mais detalhada.

7) Inserção de artigo na seção III: Revisar a aplicação da Leis Federais e Estaduais no que tange as sinalizações horizontais e verticais, bem como a adequação dos fluxos.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, no Art. 21, inserir um inciso com a seguinte redação: "IV – adequação de sentido de fluxos, demarcação de espaços para estacionamentos considerando o porte das vias existentes, a fim de ordenar e organizar o trânsito."

8) Reiteramos a proposta da audiência anterior (07/11), para que o Poder Público Municipal, faça contato com a administradora da ferrovia, a qual se encontra obsoleta, no sentido de provocar uma discussão sobre a possibilidade de transformar em ciclovia.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, no que tange as responsabilidades do município, serão realizadas. Porém esclarecemos aqui que a concessão é da Rumo Logística e, que a decisão final cabe a mesma.

9) Sugestão para a municipalização do trânsito com a criação de uma autarquia de trânsito a fim de fins de fiscalização e implantação de zona azul na região central.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, inserção de um artigo com a seguinte redação: "O município deverá elaborar/contratar estudo de viabilidade visando a implantação de autarquia para a municipalização do trânsito no prazo máximo de 3 anos."

Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às dezenove horas e trinta minutos. E para constar eu Giselle Inaiara Syring, secretariando a audiência, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL
PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

19/11/2018

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Escola Rural Municipal Eurides Manoel Martins, sito à Estrada Principal, s/nº, Lanças – Jaguariá – PR, foi iniciada a Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kall que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, e que de acordo com o Decreto nº. 371/2018 as Audiências acontecerão nos seguintes dias: dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se na Escola Municipal Rosa Collette, localizada na Rua Pedro Conde, nº. 97, Bairro Samambaia, com início às dezoito horas e trinta minutos; dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se no Cine Teatro Valéria Lugo, localizado na Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matrazão, com início às dezoito horas e trinta minutos. Ao continuo, explicou que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do município nos seus aspectos econômico, físico e social. Ao continuo, convidou para fazer parte da Mesa Diretiva de Trabalho os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, a Coordenadora Técnica Juliana Pedrosi Mendes, membros: Cléia Aparecida Valenga Sloboda, Disnei Alves de Oliveira, Giselle Inaiara Syring, Kátia Aparecida Miranda, Leonardo Von Linsingen, Sérgio Cruz, como mediador o senhor Sidney Eduardo Magnone Vieira. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra a senhora Giselle Inaiara Syring, que cumprimentou os presentes e fez a leitura da ata da audiência pública do dia treze de novembro do ano corrente. Ao continuo, fez a leitura das respostas às propostas feitas pelas câmaras técnicas elaboras pela Comissão Técnica. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o mediador Sidney Eduardo Vieira, que cumprimentou os presentes e explanou sobre a importância da Revisão do Plano Diretor para o município e a participação da população nesse processo que visa atualizar as Leis, dez anos após a sua criação, visando as necessidades atuais da população tornando-se diretrizes para os próximos dez anos. Ao continuo, apresentou um vídeo, que informou sobre a atualização do PDM, que se dará após realização das Audiências com as propostas sugeridas pelas Câmaras Técnicas e avaliadas pela Comissão Técnica, após será elaborado um Projeto de Lei e encaminhado para Câmara Municipal de Jaguariá para ser aprovado. Ao continuo, demonstrou a importância do PDM para o município, pontuou ainda que esta revisão é um instrumento democrático de atualização do planejamento municipal juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, informou que o PDM foi instituído pela Lei Municipal nº. 1820/2008, e a revisão é objeto da Resolução 25. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra à Coordenadora Técnica Juliana Pedrosi Mendes representando o Presidente da Comissão Técnica, senhor José Sloboda para considerações. Ao continuo a Coordenadora agradeceu a presença de todos que lotaram o saguão da Escola, explanou sobre a importância da participação popular na revisão do Plano Diretor. Ao continuo, instruiu os presentes sobre as atribuições das câmaras técnicas, explanou sobre a função de cada membro dentro da câmara técnica. Ao continuo a Cerimonialista realizou a leitura do Regimento Interno das Audiências Públicas para Revisão do Plano Diretor de Jaguariá, elaborada pela Comissão Técnica, esclarecendo como será o andamento dos trabalhos. Ao continuo a Cerimonialista chamou Delegados eleitos na Assembleia para que ocupem seus respectivos lugares nas Câmaras Técnicas; igualmente solicitou aos membros da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor que tomassem assento junto aos grupos de trabalho, a fim de dirimir dúvidas técnicas pertinentes à sua área de atuação, os senhores: Alan Miranda; Carlos Perez Gomez; Eric Dudik Rogério; Francieli Baitala de Oliveira; Lucas Madureira Ferreira; Marília Rodrigues; Matheus Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pérola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkenner; Vinicius André Brizola de Oliveira. Ao continuo, a Cerimonialista convidou as demais pessoas presentes para escolherem suas câmaras técnicas, informando que as Câmaras Técnicas teriam um tempo de uma hora e trinta minutos para discutir as propostas de mudança apresentadas, ou, sugerir novas propostas. Ao continuo, as dezoessete horas e vinte e cinco minutos, deu início a explanação de sugestões de alteração realizadas pelas Câmaras Técnicas através dos seus Relatores que foram escolhidos pelos integrantes de cada Câmara. Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA, o Delegado senhor Wellington Vitorio Filz - Suplente Ricardo Ramos Gomes, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Maria Elizabete de Oliveira. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 06: Após VI, após o § 4 – estabelecer um canal de denúncia através do Poder Público, para que o mesmo possa funcionar como um elo de comunicação aos municípios, visando sua preservação no sentido das

irregularidades detectadas, dentro das políticas públicas vigentes; Artigo 12: Após o § 12 – criação ou disponibilização de serviço municipal destinado à limpeza de fossas sépticas na área rural do município. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 25: Suprimir no inciso II, onde consta "criar", pois o conselho de habitação de interesse social já existe. Solicitamos a Comissão para verificar se o Fundo Municipal de Habitação Social, para que seja suprimida a palavra "criar"; No inciso IV - se existe a política habitacional como entidade de administração indireta, suprimir a palavra "criar". Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES, o Delegado a senhora Kassima Karinna Gigliola Almeida Rocha, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Elizabeth Alves Ferreira, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Título II, Capítulo II, Seção III: Artigo 53: Após a palavra trânsito sob pena de imposição de multa a ser definida e regulamentada por Lei específica sem prejuízo das sanções penais cabíveis; Artigo 54: Substituir a palavra Prefeitura por município de Jaguariá; Artigo 55: Após a palavra "pelos", incluir a palavra seguinte, suprimindo a preposição de; Inciso III – Após a palavra "patinar" incluir "e praticar esportes" de atividades similares fora dos logradouros para esses fins destinados, suprimindo o trecho; praticar a ser nos; Inciso IV – Após a palavra "portas" incluir "que tenham face direta à via pública; Renumerar o inciso VI para inciso V, incluindo ao final do referido inciso: "exceto quando autorizado pelo Poder Público"; Artigo 56: Após a palavra "táxi", incluir o termo "quanto a"; Artigo 57: Substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá e após a palavra "estabelecido", incluir o termo "em legislação própria"; Artigo 58: Dar nova redação ao § 1º, proibindo o rebaixamento do meio fio, para dar acesso a pontos comerciais de forma a impedir o uso das vias públicas para estacionamento. Com a nova redação, sugere-se a alteração, também, do Código de Obras, para que não sejam aprovados projetos arquitetônicos com tal acesso, exetando as entradas de garagem; Renumerar o § 1º para o § 2º, e consequentemente, o § 2º para o § 3º; No parágrafo renumerado para 3º, após a palavra "depósito", incluir a palavra "público", e ainda, incluir após a palavra "município", o termo "e Jaguariá"; Artigo 59: Após a palavra multa, suprimir o trecho "de 0,3 a 100 UFM" e ao final, suprimir o trecho "sem prejuízo das sanções previstas no parágrafo único", no artigo 58; Título II, Capítulo II, Seção IV: Artigo 60: Substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá; Inciso I – após a palavra "data", suprimir o trecho "e dia da semana"; Inciso II – substituir a palavra "público" por "no local"; Inciso III – após a palavra "pluviais", incluir "atribuindo-se aos", com isso, suprimir o trecho: "correndo por conta dos". No mesmo inciso, substituir o trecho "por acaso verificados" pela palavra "constatados"; § 1º - substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá; substituir o termo "despesas de" por "despesas pela"; substituir o trecho "e dando ao" por "mantendo o"; suprimir o trecho "o destino que entender" por "junto a depósito público municipal pelo prazo máximo de 30 dias, sendo que após este prazo, será dado ao material removido o destino que melhor lhe aprouver"; § 2º - após a palavra "requerimento", incluir o trecho: "para instalações das estruturas referidas ao Caput deste artigo"; § 2º - Alínea "c" – alterar a redação por: "cópia dos seguintes documentos: quando pessoa física: RG, CPF e Comprovante de Residência; quando pessoa jurídica: Contrato Social, ART, quando for necessário, e documentos pessoais do seu representante legal". Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE. O Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Eric Dudik Rogério. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 37: A macrozona de controle ambiental do atual aterro sanitário, compete: I, II, III, IV, promover e manter a recuperação da área do atual aterro ambiental – sanitário; Artigo 40: Após "arqueológico", acrescentar "paleontológico"; Substituir "estudos arqueológicos" por "estudos científicos"; Redação - 4º. linha – Desde que: I. Depois de "arqueológicos" colocar "paleontológicos"; III. Suprimir: IV. Trocar "qualificar" por "melhorar a infraestrutura dos espaços públicos para recepção turística"; VI. Suprimir: VIII. Obeder as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou outro órgão que venha a substituí-lo, em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos; Artigo 42: A macrozona, de Recuperação e Preservação Ambiental, bem como, as Áreas de Preservação Permanentes (APP), serão definidas conforme a Legislação Federal (Novo Código Florestal e consequentes alterações - incluir o nº. da Lei), e Resoluções aplicáveis; Artigo 44: Alterar "BR 151" por "PR 151"; 4º. linha – trocar "anuência" por "devidamente pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP"; Artigo 48: Inciso IV – manter as faixas não edificáveis nas Áreas de Preservação Permanentes (APP), nos termos da Legislação Ambiental aplicável; Artigo 50: I – verificar se a taxa de permeabilidade detém o mesmo percentual?; II – verificar se permanece a metragem mínima de 250 m²; Artigo 51: I – verificar se os lotes de densificação urbana, ainda caracteriza-se por lotes de 300 m². Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Indicação da moradora, Sra. Rosimere de Oliveira, da Vila Rural "Flor do Ipê": Artigo 6: § 4º - Devido o mau acondicionamento de resíduos sólidos por grande parte dos habitantes dos bairros do "Sertão", indica como possibilidade ambiental, a alocação de "pontos de coleta semanal ou quinzenal", a fim de que evite-se o despejo desenfreado desses resíduos, em especial, nas Áreas de Preservação Permanente (APP); Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Indicação do Vereador, Sr. Wagner Milanezi: Artigo 17: Inclusão de Inciso XI – instalação de linhas de contenção de lixo flutuante nos cursos d'água, no Perímetro Urbano. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica IV - O Delegado, senhor José Trindade - Suplente Marcos José Legat, propostas foram elencadas pelo Relator: Paulo da Costa Passos. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Não teve apontamentos. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica V – Tributos, O Delegado, senhora Rafaela S. O Betenheuser - Suplente Aluisio Pires, propostas foram elencadas pelo Relator: Vinicius André Brizola. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008: Artigo 20: § 3º - suprimir multa; Lei específica; § 2º - após concessão de Alvará em um prazo de dois anos de atividade, havendo reclamações persistentes, possibilitar um novo estudo de impacto de vizinhança. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 80: Fundo Municipal do Des. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008: Artigo 27: § 2º - aumentar os prazos mencionados, principalmente, o prazo para pagamento das despesas de demolição, arcadas pela Prefeitura; Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica VI – Sistema Viário, o Delegado, senhora Eleida Pontes, propostas foram elencadas pelo Relator: Roseli de Fátima, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008: Realizar manutenção periódica em estradas vicinais; Implantar sinalização vertical viária nas estradas municipais, inicialmente em pontes principais; Identificar rotas e bairros, com sinalização vertical; Verificar a viabilidade de implantação de equipamentos de serviços públicos no "Bairro Pesqueiro" (demanda atual) a fim de evitar deslocamento; Implantar dispositivos disciplinadores de velocidades em estradas onde tem maior concentração de moradores da área rural, não se esquecendo das devidas sinalizações. Ao continuo a Cerimonialista passou a palavra à Coordenadora Técnica que convidou todos para participarem da próxima Audiência Pública, e encerrou a presente audiência às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Por ser verdade, eu Luciana Canavesi Cesário Pereira, secretariando a reunião, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA	19/nov Escola Municipal Eurides Manoel Martins
	15:00h: Audiência Pública
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	

CÂMARA TÉCNICA I	
HIGIENE PÚBLICA	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Logradouros Habitação e Terrenos Estabelecimentos/Alimentação Animais	Alan Miranda Amália Cristina Alves Caroline de Azevedo Fanta Stalschmidt Hérica Beatriz Suenar Casteleri Luiz Carlos Veiga Barbosa

DELEGADO	TELEFONE
1) Wellington V. Filz	43 996648333
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Maria Elizabete de Oliveira	43 99514-6066

[Handwritten signature]

PROPOSTAS

na lei 1826/2008, no art. 6º, após o II, após o parágrafo II, estabelece um canal de denúncia através do poder público, para que o mesmo possa funcionar como um elo de comunicação aos municípios visando sua preservação no sentido das irregularidades detectadas, dentro das políticas públicas vigentes.

na lei 1826/2008, no art. 12, após o parágrafo 12, crie-se um depósito público de lixo municipal destinado à limpeza de fossas sépticas na área rural do município.

[Handwritten signature]

PROPOSTAS

na lei 1820/2008, no art. 20, suprimir suprimir no inciso II, onde consta criar, pois o conselho de habitação de interesse social já existe. Solicitamos a Comissão para verificar se o fundo municipal de habitação social para que seja suprimida a palavra criar. No inciso III se existe a política habitacional como entidade de administração municipal, suprimir a palavra "criar".

[Handwritten signature]



PROPOSTAS
ART. 42 - A MACROZONA DE RESERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO, AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SERÃO DEFINIDAS CONFORME A LEGISLAÇÃO FEDERAL (NOVO CÓDIGO FLORESTAL E CONSEQUENTES ALTERAÇÕES - INCLUIR A 2ª DA LEI) E RESOLUÇÕES APLICÁVEIS
ART. 44 - ALTERAR "BR 151" POR "PR 151".
42 LINHA = TROCAR "AMBIÊNCIA" POR "DEIXO LICENCIAMENTO PEO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ" (IAP).
ART. 48 - IV - MANTER AS FAIXAS NÃO EDIFICÁVEIS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
19/nov Escola Municipal Eurides Manoel Martins	
15:00h: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	
CÂMARA TÉCNICA IV	
OBRAS	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Habit-se	Carlos Perez Gomez
Alvarás	Disnei Alves de Oliveira
Canteiro de Obras	Luiz Carlos Veiga Barbosa
Edificações Residenciais e Comerciais	Pérola Carvalho do Nascimento
Propaganda	Rosane Araújo Lopes
	Sérgio Cruz
DELEGADO	TELEFONE
1) Marcos dos Reis	(43) 99951-4421
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Paulo da Costa Farias	(43) 99974-0396

PROPOSTAS
1) LEI 1820/2008 ART. 20 § 3º SUPLENIR MÚLTA. LEI ESPECÍFICA.
2) LEI 1821/2008 ART. 20 § 2º APÓS CONCESSÃO DE ALVARÁ EM UM PRazo DE 2015 ANOS DE ATIVIDADE HABILITADOR RECLAMACIONES PERSISTENTES, POSSIBILITAR UM NOVO ESTUDO DE IMPACTO DE LIZINHANÇA.
3) ART. 20 DA LEI 1820/2008 - FUNDO MUN. DO RES. (SISTEMA)
4) LEI 1025/2008 ART. 21 - 520 AUMENTAR OS TÍTULOS MENCIONADOS, PRINCIPALMENTE, (Pelo) O TÍTULO PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE DESPOLUIÇÃO AMBIENTAL, RECLAMACIONES.

PROPOSTAS
ART. 50 - I. VERIFICAR SE A TORA DE PERMEABILIDADE DE DETÉM O MESMO PERCENTUAL?
II. VERIFICAR SE PERMÂNCE A METRAGEM MÍNIMA DE 250M2.
ART. 51 - VERIFICAR SE OS LOTES DE DENSIFICAÇÃO URBANA AINDA CARACTERIZA-SE POR LOTES DE 300 M2
INDICAÇÃO DA MORADORA SRA. ROSIMERE DE OLIVEIRA DA VL. RURAL "FIO DO IPE" : (1826/2008 ART. 6º § 5º)
- DEIXO O MAL ACONDIIONAMENTO DO DE RESERVOS SÓIDOS POR

PROPOSTAS
não tem apartamento

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
19/nov Escola Municipal Eurides Manoel Martins	
15:00h: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	
CÂMARA TÉCNICA VI	
SISTEMA VIÁRIO	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Mobilidade	Carlos R. Carginski
Tráfego	Juliana Pedrosa Mendes
Estacionamento	Maria Rodrigues
Zonamento	Paulo Vitor Onisko
	Sérgio Cruz
DELEGADO	TELEFONE
1) Glenda (assente)	
2) Mariana Rodrigues	celular
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Rosângela de Jesus Gomes	(42) 9.9900.2105

PROPOSTAS
GRANDE PARTE DOS HABITANTES NOS POÇOS DO "SERTÃO", INDICA COMO POSSIBILIDADE AMBIENTAL A ALOCAÇÃO DE "PONTOS DE COLETA SEMANAL OU QUINZENA" A FIM DE QUE EVITE-SE O DESPERDÍCIO DESSOS RESERVOS, NA EM ESPECIAL NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)
INDICAÇÃO DO VEREADOR WAGNER MILANEZZI EM RELAÇÃO AO ART. 17 DA LEI 1820/2008 - INCLUSÃO DE INCISO XI:
- INSTALAÇÃO DE LINHAS DE CONTENÇÃO DE LIXO NAS OBRAS FIUTUANTE NOS CURSOS D'ÁGUA NO PERÍMETRO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
19/nov Escola Municipal Eurides Manoel Martins	
15:00h: Audiência Pública	
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIAÍVA	
CÂMARA TÉCNICA V	
TRIBUTOS	
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Notificação/Sancão	Carlos Perez Gomez
Planta Genérica	Disnei Alves de Oliveira
Comércio Ambulante	Matheus Rissato Rivoiro
Horário de Funcionamento	Mauricio Oliveira Amaral
Feiras Livres	Nara Giselle Bueno
	Vinicius Andre Brazole de Oliveira
DELEGADO	TELEFONE
1) Rafaela J. Antunes	43 99614 6552
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1) Vinicius Antunes	12 99931.9987

PROPOSTAS
1- Melhorar Manutenção nas ruas em áreas vizinhas
2- Implante e manutenção de sinalização vertical e horizontal nas ruas principais em pontos principais
3- Identificar rotas e bairros com sinalização vertical
4- Melhorar visibilidade de implantação de equipamentos de serviços públicos nos bairros Resposta (demanda atual) a fim de evitar acidentes
5- Implante e dispositivos disciplinares de velocidades em áreas onde tem maior concentração de moradores



PROPOSTAS

do que rural, não aparece dos dados sinalização.

junior A

LISTA DE PRESEÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL EURIDES MANOEL MARTINS		
DATA: 19/11/2018 às 15:00 horas		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
43 Carlos Luiz Gomes	2115 222-1	
44 Alan Nogueira	7172 315-1	
45 Sora Mendes	7272 211-11	
46 Danilo de Souza		
47 Roberto de Souza	9222 211-1	
48 Rosângela de Souza		
49 Roberto de Souza		
50 Roberto de Souza		
51 Roberto de Souza	3-22-193-8	
52 Roberto de Souza	39-52-31-1	
53 Roberto de Souza	41199159-68	
54 Roberto de Souza	7-10-29-1-6	
55 Roberto de Souza		
56 Roberto de Souza		
57 Roberto de Souza		
58 Roberto de Souza		
59 Roberto de Souza		
60 Roberto de Souza		
61 Roberto de Souza		
62 Roberto de Souza		
63 Roberto de Souza		

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Rejeitado pela Comissão Técnica, suprimido o inciso III.
- c. Aceito pela Comissão Técnica, o texto passará a ter a seguinte redação: "amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas que tenha face direta para a via pública."
- d. Aceito pela Comissão Técnica, o texto passará a ter a seguinte redação: "Colocar quaisquer produtos ou mercadorias sobre os passeios ou logradouros públicos, exceto, quando autorizado pelo Poder Executivo."

- 4) **Artigo 56:**
- a. Após a palavra "táxi", incluir o termo "quanto à".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

- 5) **Artigo 57:**
- a. Substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá e após a palavra "estabelecido", incluir o termo "em legislação própria".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

- 6) **Artigo 58:**
- a. Dar nova redação ao § 1º, proibindo o rebaixamento do meio fio, para dar acesso a pontos comerciais de forma a impedir o uso das vias públicas para estacionamento. Com a nova redação, sugere-se a alteração, também, do Código de Obras, para que não sejam aprovados projetos arquitetônicos com tal acesso, excetuando as entradas de garagem.
- b. Renumerar o § 1º para o § 2º, e consequentemente, o § 2º para o § 3º.
- c. No parágrafo renumerado para 3º, após a palavra "depósito", incluir a palavra "público", e ainda, incluir após a palavra "município", o termo "e Jaguariá".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Rejeitado pela Comissão Técnica, pois o segundo parágrafo será suprimido.
- c. Rejeitado pela Comissão Técnica, o parágrafo será suprimido, pois não é o município que faz as apreensões.

- 7) **Artigo 59:**
- a. Após a palavra multa, suprimir o trecho "de 0,3 a 100 UPM" e ao final, suprimir o trecho "sem prejuízo das sanções previstas no parágrafo único, no artigo 58".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

Título II, Capítulo II, Seção IV:

- 1) **Artigo 60:**
- a. Substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá.
- b. Inciso I – após a palavra "data", suprimir o trecho "e dia da semana".
- c. Inciso II – substituir a palavra "público" por "no local".
- d. Inciso III – após a palavra "pluviais", incluir "atribuindo-se aos", com isso, suprimir o trecho: "correndo por conta dos". No mesmo inciso, substituir o trecho "por acaso verificados" pela palavra "constatados".
- e. § 1º - substituir a palavra "Prefeitura" por município de Jaguariá; substituir o termo "despesas de" por "despesas pela"; substituir o trecho "e dando ao" por "mantendo o"; suprimir o trecho "o destino que entender" por "Junto a depósito público municipal pelo prazo máximo de 30 dias, sendo que após este prazo, será dado ao material removido o destino que melhor lhe aprouver".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c. Rejeitado pela Comissão Técnica.
- d. Aceito pela Comissão Técnica, o texto passará a ter a seguinte redação: "não prejudicarem calcamento ou pavimentação, nem o escoamento das águas pluviais, atribuindo-se aos responsáveis pelos eventos os estragos por acaso verificados".
- e. Aceito parcialmente pela Comissão Técnica, o texto passará a ter a seguinte redação: "Fim do prazo estabelecido no inciso IV, O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA promoverá a remoção do planque, coreto ou barraca, cobrando do responsável as despesas de PELA remoção e dando ao material recolhido o destino que entender."

- Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE
- o Delegado: Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira
- o Relator: Eric Dudik Rogério

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

- 1) **Artigo 37:**
- a. A macrozona de controle ambiental do atual aterro sanitário, compete:
- I.
- II.
- III.
- IV, promover e manter a recuperação da área do atual aterro ambiental - sanitário.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) **Artigo 40:**
- a. Após "arqueológico", acrescentar "paleontológico".
- b. Substituir "estudos arqueológicos" por "estudos científicos".
- c. Redação - 4º. linha - Desde que:
- i. Depois de "arqueológica" colocar "paleontológica";
- ii. Suprimir;
- iii. Trocar "qualificar" por "melhorar a infraestrutura dos espaços públicos para recepção turística".
- iv. Suprimir;
- v. Obedecer às diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou outro órgão que venha a substituí-lo, em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c.
- i. Aceito pela Comissão Técnica.
- ii. Aceito pela Comissão Técnica.
- iii. Aceito pela Comissão Técnica.
- iv. Aceito pela Comissão Técnica.
- v. Aceito pela Comissão Técnica.

- 3) **Artigo 42:**
- a. A Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental, bem como, as Áreas de Preservação Permanentes (APP), serão definidas conforme a Legislação Federal (Novo Código Florestal e consequentes alterações - incluir o nº. da Lei), e Resoluções aplicáveis.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

a. Aceito pela Comissão Técnica. Redação já alterada pela Lei nº. 12.651/12.

- 4) **Artigo 44:**
- a. Alterar "BR 151" por "PR 151".
- b. 4º. linha - trocar "anúncia" por "devido licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

- 5) **Artigo 48:**

LISTA DE PRESEÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL EURIDES MANOEL MARTINS		
DATA: 19/11/2018 às 15:00 horas		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
1 Ezequiel de Souza	9.195 211-1	
2 Juliano P. Mendes	9.895 695-2	
3 Juliana de Almeida	3.426 886-0	
4 Juliana M. de Souza	5.184 311-1	
5 João de Souza		
6 Juliana de Almeida		
7 Juliana de Almeida		
8 Juliana de Almeida		
9 Juliana de Almeida	5.029.01-9	
10 Juliana de Almeida	8.023.816-0	
11 Juliana de Almeida	1.508.803	
12 Juliana de Almeida	0.703.319-66	
13 Juliana de Almeida	4.153.131-1	
14 Juliana de Almeida	8.068.314-0	
15 Juliana de Almeida	0.13.103.711-43	
16 Juliana de Almeida	0.6.491.518-64	
17 Juliana de Almeida	4.992.351-6	
18 Juliana de Almeida	8.049.611-0	
19 Juliana de Almeida	5.025.811-1	
20 Juliana de Almeida	1.683.058-5	
21 Juliana de Almeida	5.125.131-4	

LISTA DE PRESEÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL EURIDES MANOEL MARTINS		
DATA: 19/11/2018 às 15:00 horas		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
22 Juliana de Almeida	8.061.410-1	
23 Juliana de Almeida	1.126.216-1	
24 Juliana de Almeida	6.359.043-1	
25 Juliana de Almeida	6.604.622-5	
26 Juliana de Almeida	5.55.153-6	
27 Juliana de Almeida	6.069.557-1	
28 Juliana de Almeida	6.415.211-4	
29 Juliana de Almeida	5.251.671-1	
30 Juliana de Almeida	4.355.411-5	
31 Juliana de Almeida	10.265.730-8	
32 Juliana de Almeida	5.582.7645-00	
33 Juliana de Almeida		
34 Juliana de Almeida	4.920.216-1	
35 Juliana de Almeida	4.058.455-0	
36 Juliana de Almeida	4.893.162.111	
37 Juliana de Almeida	10.259.204-6	
38 Juliana de Almeida	5.134.201-4	
39 Juliana de Almeida	7.61.161-1	
40 Juliana de Almeida		
41 Juliana de Almeida		
42 Juliana de Almeida		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA
PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
ATA nº. 09/18 - PDM de 20 de novembro de 2018

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação do Centro Administrativo Otávio Renato Baroni, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3º andar - Cidade Alta - Jaguariá - PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para revisão do plano Diretor: Juliana Pedrosa Mendes, Giselle Inaiara Syring, Disney Alves de Oliveira, Leonardo Von Linsingen, Sérgio Cruz o senhor Carlos Perez Gomez membro da Equipe técnica e o mediador Hugo Cesar Riego Junior para revisar as propostas da Audiência Pública realizada aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito. A Coordenadora senhora Juliana Pedrosa Mendes agradeceu a presença de todos, parabenizou pelo bom andamento dos trabalhos realizados com êxito na audiência do dia anterior. Ato contínuo passou a palavra à senhora Giselle Inaiara Syring, que procedeu a leitura das propostas, quais sejam:

PROPOSTAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
19/11/2018

- Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA
- o Delegado: Wellington Vitorio Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes
- o Relator: Maria Elizabeth de Oliveira

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) **Artigo 06:**
- a. Após o § 4º, após o § 4º – estabelecer um canal de denúncia através do Poder Público, para que o mesmo possa funcionar como um elo de comunicação aos municípios, visando sua preservação no sentido das irregularidades detectadas, dentro das políticas públicas vigentes.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica, será implantado nos moldes e prazos da Lei Federal nº. 13.460 (junho de 2017).

- 2) **Artigo 12:**
- a. Após o § 12 – criação ou disponibilização de serviço municipal destinado à limpeza de fossas sépticas na área rural do município.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. REJEITADO PELA COMISSÃO TÉCNICA.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

- 1) **Artigo 25:**
- a. Suprimir no inciso II, onde consta "criar", pois o conselho de habitação de interesse social já existe. Solicitamos a Comissão para verificar se o Fundo Municipal de Habitação Social, para que seja suprimida a palavra "criar".
- b. No inciso IV - se existe a política habitacional como entidade de administração indireta, suprimir a palavra "criar".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

- Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES
- o Kassima Karinna Gigliolla Almeida Rocha
- o Relator: Elizabeth Alves Ferreira

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

Título II, Capítulo II, Seção III:

- 1) **Artigo 53:**
- a. Após a palavra trânsito sob pena de imposição de multa a ser definida e regulamentada por Lei específica sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Rejeitado pela Comissão Técnica, pois o parágrafo único que esta abaixo já impõe as penalidades dos artigos.

- 2) **Artigo 54:**
- a. Substituir a palavra Prefeitura por município de Jaguariá.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

- 3) **Artigo 55:**
- a. Após a palavra "pelos", incluir a palavra seguinte, suprimindo a preposição de.
- b. Inciso III – Após a palavra "praticar" incluir "e praticar esportes" de atividades similares fora dos logradouros para esses fins destinados, suprimindo o trecho; praticar a ser nos.
- c. Inciso IV – Após a palavra "porta" incluir: que tenham face direta à via pública.
- d. Renumerar o inciso VI para inciso V, incluindo ao final do referido inciso: "exceto quando autorizado pelo Poder Público".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:



- a. Inciso IV – manter as faixas não edificáveis nas Áreas de Preservação Permanentes (APP), nos termos da Legislação Ambiental aplicável.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

a. Aceito pela Comissão Técnica.

Artigo 50:

- a. I – Verificar se a taxa de permeabilidade detém o mesmo percentual?
b. II – Verificar se permanece a metragem mínima de 250 m².

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, será compatibilizado com a LEI ESPECÍFICA 1821.

Artigo 51:

- a. I – verificar se os lotes de densificação urbana, ainda caracteriza-se por lotes de 300 m².

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

a. Aceito pela Comissão Técnica, será compatibilizado com a LEI ESPECÍFICA 1821.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

Indicação da moradora, Sra. Rosimere de Oliveira, da Vila Rural "Flor do Ipê":

Artigo 6:

- a. § 4º - Devido o mau acondicionamento de resíduos sólidos por grande parte dos habitantes dos bairros do "Sertão", indica como possibilidade ambiental, a alocação de "pontos de coleta semanal ou quinzenal", a fim de que evite-se o despejo desenfreado desses resíduos, em especial, nas Áreas de Preservação Permanente (APP).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica,

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

Indicação do Vereador, Sr. Wagner Milanezzi:

Artigo 17:

- a. Inclusão de Inciso XI – instalação de linhas de contenção de lixo flutuante nos cursos d'água, no Perímetro Urbano.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

Câmara Técnica IV

- o Delegado: José Trindade - Suplente Marcos José Legat
- o Relator: Paulo da Costa Passos

Não teve apontamentos.

Câmara Técnica V – Tributos

- o Delegado: Rafaela S. O. Betenheuser - Suplente Aluísio Pires
- o Relator: Vinícius André Brizola

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008:

Artigo 20:

- a. § 3º - suprimir multa; Lei específica.
b. § 2º - após concessão de Alvará em um prazo de dois anos de atividade, havendo reclamações persistentes, possibilitar um novo estudo de impacto de vizinhança.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
b. Aceito pela Comissão Técnica.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

Artigo 80:

- a. Fundo Municipal do Des.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008:

Artigo 27:

- a. § 2º - aumentar os prazos mencionados, principalmente, o prazo para pagamento das despesas de demolição, arcadas pela Prefeitura.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica, o texto passará a ter a seguinte redação: "Qualquer edificação que esteja, a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação pelo proprietário e, este se recusando a fazê-la, a Prefeitura providenciará a execução da demolição, cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 30 (trinta) dias."

Câmara Técnica VI – Sistema Viário

- o Delegado: Eléida Pontes
- o Relator: Roseli de Fátima Azevedo

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008:

- 1) Realizar manutenção periódica em estradas vicinais.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, já é realizado por meio de Cronograma de Obras da Prefeitura Municipal.

- 2) Implantar sinalização vertical viária nas estradas municipais, inicialmente em pontos principais.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica.

- 3) Identificar rotas e bairros, com sinalização vertical.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, atualmente alguns cruzamentos já contam com a referida identificação, e a Prefeitura Municipal já está trabalhando no sentido de ampliar a identificação e sinalização.

- 4) Verificar a viabilidade de implantação de equipamentos de serviços públicos no "Bairro Pesqueiro" (demanda atual) a fim de evitar deslocamento.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- A Comissão Técnica entendeu que a proposta é viável, no entanto, não para ser contemplada em Leis do Plano Diretor, o mais correto seria realizar um estudo para analisar a viabilidade de implantação, ser entregue através de protocolo endereçado à Secretaria Municipal de Governo.

- 5) Implantar dispositivos disciplinadores de velocidades em estradas onde tem maior concentração de moradores da área rural, não se esquecendo das devidas sinalizações.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

Aceito pela Comissão Técnica, já é realizado por meio de Cronograma de Obras da Prefeitura Municipal.

Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às dezesseis horas. E para constar o Gisele Inaíra Syring, secretariando a audiência, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL
PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

23/11/2018

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, na Escola Municipal Rosa Collete, sito à Rua Pedro Conde, nº. 97, Bairro Samambaia – Jaguaraiá – PR, foi iniciada a Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kali que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, e que de acordo com o Decreto nº. 371/2018 a próxima Audiência acontecerá no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezoito a realizar-se no Cine Teatro Valéria Luercy, localizado na Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matarazzo, com início às dez horas e trinta minutos. Ao continuo, explicou que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do município nos seus aspectos econômico, físico e social, Ao continuo, convidou para fazer parte da Mesa Diretiva de Trabalho os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, o Presidente da Comissão José Sloboda, a Coordenadora Técnica Juliana Pedros Mendes, membros: Gisele Inaíra Syring, Kátia Aparecida Miranda, Hissashi Umezui. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra a senhora Gisele Inaíra Syring, que cumprimentou os presentes e fez a leitura da ata da audiência pública do dia dezoito de novembro do ano corrente. Ao continuo, fez a leitura das respostas às propostas feitas pelas câmaras técnicas elaboradas pela Comissão Técnica. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para a Coordenadora Técnica representando o mediador, que cumprimentou os presentes e explicou sobre a importância da Revisão do Plano Diretor para o município e a participação da população, pois é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e tem como finalidade nortear o desenvolvimento do município nos aspectos econômicos, físico e social. Ao continuo, explicou que o objetivo da revisão do Plano Diretor é promover ordenação do território, estabelecer estratégias visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e, desenvolver as funções sociais. Ao continuo, explicou que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual devem ser baseados no Plano Diretor Municipal. Ao continuo, explicou que é um processo democrático, transparente de ações contínuas do poder executivo, legislativo, associações representativas e a comunidade, pois quem decide é a população. Ao continuo, apresentou um vídeo, que informou sobre a atualização do PDM, que se dará após realização das Audiências com as propostas sugeridas pelas Câmaras Técnicas e avaliadas pela Comissão Técnica, após será elaborado um Projeto de Lei e encaminhado para a Câmara Municipal de Jaguaraiá para ser aprovado. Ao continuo a Cerimonialista realizou a leitura do Regimento Interno das Audiências Públicas para Revisão do Plano Diretor de Jaguaraiá, elaborada pela Comissão Técnica, esclarecendo como será o andamento dos trabalhos. Ao continuo a Cerimonialista chamou Delegados eleitos na Assembleia para que ocupem seus respectivos lugares nas Câmaras Técnicas; igualmente solicitou aos membros da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor que tomassem assento junto aos grupos de trabalho, a fim de dirimir dúvidas técnicas pertinentes à sua área de atuação, os senhores: Alan Miranda; Carlos Perez Gomez; Eric Dudik Rogério; Francieli Baitala de Oliveira; Lucas Madureira Ferreira; Marília Rodrigues; Matheus Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pérola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkenner; Vinícius André Brizola de Oliveira. Ao continuo, a Cerimonialista convidou as demais pessoas presentes para escolherem suas câmaras técnicas, informando que as Câmaras Técnicas teriam um tempo de uma hora e trinta minutos para discutir as propostas de mudança apresentadas, ou, sugerir novas propostas. Ao continuo, as dezessete horas e vinte e cinco minutos, deu início a explanação de sugestões de alteração realizadas pelas Câmaras Técnicas através dos seus Relatores que foram escolhidos pelos integrantes de cada Câmara. Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA, O Delegado senhor Wellington Vitorio Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 23:** Acrescentar inciso XVIII – Implantar dentro do município um equipamento na modalidade CENTRODIA para o público idoso, visando a diminuição do acolhimento institucional, com a equipe de referência conforme NOBRHSUAS; Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES, O Delegado a senhora Kassima Karinna Giglioli Almeida Rocha, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Elizabeth Alves Ferreira. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 61:** Acrescentar ao final dessa Lei, depois de construção, exceto nos casos constantes no artigo 51 dessa Lei: Suprimir o parágrafo único do artigo 61. **Artigo 62: §1º:** – Acrescentar após fluxo de veículo obedecendo normas de trânsito; §2º. Trocar a palavra dessas por "De". **Artigo 63:** Trocar a palavra proibido por proibida; Excluir a palavra "de particulares"; A partir de ocupação do passeio ficando com a seguinte redação: "a ocupação do passeio mesmo com autorização e recolhimento da taxa somente poderá atingir 50% do mesmo, obedecendo o espaço mínimo de 1,20 m para pedestres."; Suprimir o Parágrafo Único por estar em Bis idem. **Artigo 64:** Nova redação: A instalação de postes, linhas de dados, de rede de energia, telefonia, iluminação e equipamentos bem como a colocação de caixas postais e de hidrantes nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação do município de Jaguaraiá. **Artigo 65:** Alterar a palavra satisficam por "preencherem as seguintes condições"; Inciso I – eliminar a palavra "terem sua" iniciando por "localização" e trocar a palavra "prefeitura" por "município de Jaguaraiá". **Artigo 5:** Inciso II – nova redação: construção adequada ao uso público; Suprimir o inciso IV por ser incompatível com o inciso II. **Artigo 68:** Acrescentar após a palavra município de Jaguaraiá, inclusive quanto a sua localização; Trocar a palavra "artístico ou cívico" para "cultural"; Suprimir o Parágrafo Único. **Artigo 69:** Alterar a redação para: Fica proibida a atribuição ou a substituição do nome dos logradouros públicos sem a devida aprovação pelo órgão competente. **Artigo 72:** Parágrafo Único: Depois da palavra "que poderá autorizar" acrescentar "de forma fundamentada sua construção", suprimindo – se o restante. Ao continuo passou a palavra para o representante da Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE. O Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Eric Dudik Rogério, Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1822/2008: Artigo 7:** Inciso V: Comentário: não existe a possibilidade de legislação municipal cobrir ou restringir a obrigatoriedade de áreas de proteção ambiental, pois trata-se de matéria exclusiva da união. O que poderia acontecer seria aumentar os parâmetros exigidos na Lei Federal, nunca mitigá-la; inciso XIV: Comentário: a construção de empreendimentos de turismo, lazer e cultura já é permitido pela Lei Federal, a qual estabelece parâmetros para tanto, o que reprisar em Lei municipal seria redundante e sem maior eficácia. Ademais, a restauração de áreas turísticas, culturais e de lazer podem ser mais bem exploradas com a implementação de políticas públicas; Proposta: Conversão das áreas de risco em unidade de conservação nas modalidades "parque" ou "Reserva Ecológica", evitando assim que famílias atualmente alocadas em tais localidades não retornem ou indiquem

pessoas para sua ocupação. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica IV: O Delegado, senhor José Trindade - Suplente Marcos José Legat, propostas foram elencadas pelo Relator: Pérola Carvalho do Nascimento. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008: Artigo 22:** Alterar responsabilidades civil, administrativa e penal para nos termos da legislação aplicada. **Artigo 23:** Que seja previsto o prazo mínimo de 30 dias anterior ao término de vigência do alvará de construção para solicitação de renovação. **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008: Artigo 26:** § único: prever prazo de 30 dias para análise de julgamento do pedido de alvará. Revisar a frente mínima da área residencial ZR2 e ZR3 de acordo com a testada dos lotes existentes, afim de viabilizar desmembramento. Revisar a frente mínima da área residencial ZR5, respeitando a Lei Federal que estabelece 5 metros de frente. **Artigo 3º:** Dispensar o estudo de impacto de vizinhança para EPP, ME, MEI salvo seu uso nocivo ou perigoso. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica V – Tributos. O Delegado, senhora Rafaela S. O. Betenheuser - Suplente Aluísio Pires. Propostas foram elencadas pelo Relator: Carlos Perez Gomez. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 190: § 2º:** - em análise: sugestão para redação: retenção do valor até o montante devido e liberação do restante. **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008: Artigo 26: §1º:** Adequar a redação do MEI "A Lei específica da isenção (L de incentivo a micro e pequena empresa) Lei 2577/2015; Verificar a redação da alteração do parágrafo único – confuso, Esclarecer. **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1822/2008: Artigo 8:** II – Estipular prazo para o município cumprir a sua parte e enquanto não o fizer, fiscalizar (exemplo: evitar invasões); II- verificar redação: conferir com código de obras, infraestrutura, porcentagem. **Artigo 37: §1º:** Remeter a multa a Lei Especifica; §3º. Remeter à Lei Especifica (o dobro). **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008: Artigo 32:** Remeter a multa a Lei Especifica; Conter a sequência dos artigos (do 32 volta para o 26). **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008: Artigo 145:** Prazo para pagamento – padronizar Lei Especifica; §3º: sugestão para redação, ver artigo 190, §2º da Lei 1826/2008 (primeira proposta dessa câmara). §4º. Remeter à Lei Especifica de multas. **Artigo 149:** Lei Especifica de multas. **Artigo 150:** Graduação da Multa – Lei Especifica. Ao continuo, a Cerimonialista passou a palavra para o representante da Câmara Técnica VI – Sistema Viário, O Delegado, senhora Eléida Pontes, propostas foram elencadas pelo Relator: Roseli de Fátima. Ao continuo fez a leitura das propostas discutidas no grupo, quais sejam: **Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 62:** Suprimir as alíneas "d" e "e". Motivo: já foram executadas; Suprimir a alínea "f". Motivo: já foi executada; alínea "g" corrigir a nomenclatura da via suprimindo Rua Major X.V da Silva por Rua Sebastião Xavier Sobrinho; Implantar rota de transporte coletivo no Bairro Lagoão, visando melhor acessibilidade aos serviços públicos (UBS, escola); Ligação entre bairros Lagoão e Belvedere. Ao continuo a Cerimonialista passou a palavra ao Presidente da Comissão que agradeceu a presença de todos e explicou que a revisão do plano diretor é importante para o planejamento e desenvolvimento do município nos próximos anos, para que a população seja melhor atendida. Ao continuo, explicou a importância da atualização e que muitas coisas que não foram estabelecidas foram alcançadas. Ao continuo, convidou todos para participarem da próxima Audiência Pública, e encerrou a presente audiência às dez horas e quarenta e cinco minutos. Por ser verdade, eu, Luciana Canavessi Cesário Pereira, secretariando a reunião, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA		23/nov - Escola Municipal Rosa Collete
		18h:30min: Audiência Pública
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁ		
CÂMARA TÉCNICA I		
HIGIENE PÚBLICA		
DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	
Legislações Habitação e Terrenos Estabelecimentos/Alimentação Animais	Alan Miranda Amélia Cristina Alves Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt Hérica Beatriz Sumar Castelan Luc Carlos Virga Barbosa	
DELEGADO	TELEFONE	
1º Wellington Vitorio Fitz	96649333	
2º		
3º		
RELATOR	TELEFONE	
1º Caroline de F. Stalschmidt	9660 0000	

PROPOSTAS
+ Proposta (U) 100 2010
Art. 23 (Acrescentar) inciso XVIII
Implantar dentro do município um equi- pa- mento na modalidade CENTRODIA para o público idoso, visando a diminuição do acolhimento institucional, com a equipe de referência conforme a NOBRHSUAS
A



AUDIÊNCIA PÚBLICA

23/nov | Escola Municipal Rosa Coletto



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA II

USOS E COSTUMES

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Sossego Público	Lucas Madureira Ferreira
Divertimento Público	Maurício Oliveira Amaral
Obstrução de Ruas	Sérgio Cruz

DELEGADO	TELEFONE
----------	----------

1)	41 9996-3004
2)	
3)	

RELATOR	TELEFONE
---------	----------

1) Elizabeth Alves Ferreira	43.999181733
-----------------------------	--------------

PROPOSTAS

condição, no mesmo artigo, inciso I, ~~deve~~ eliminar a palavra "sem sua" mudando para "localização" e trocar a palavra "prefeitura" por "município de Jaguariá".

Artigo 60 inciso II - nova redação: "instalação adequada ao uso público".

Suprimir o inciso IV por ser incompatível com o inciso II.

Artigo 68. Acrescentar após a palavra "município de Jaguariá", inclusive quando a sua localização.

No mesmo artigo 68 trocar a palavra "artístico" ou "cívico" por "cultural".

No artigo 68 - Suprimir o parágrafo único.

Artigo 69 - Alterar a redação para

Artigo

PROPOSTAS

1922/2003 (ANÁLISE PROPOSTAS ASSOCIAÇÃO)

ART. 7º

V - EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ...

COMENTÁRIO: NÃO EXISTE POSSIBILIDADE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL COIBIR OU RESTRIÇÃO A OBRIGATORIEDADE DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, POIS TRATA-SE DE MATÉRIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. O QUE PODERIA ACONTECER SERIA AUMENTAR OS PARÂMETROS EXISTENTES NA LEI FEDERAL, NUNCA MUDAR-LA.

XIV - EM LOCAL ONDE NÃO SEJA

Artigo

PROPOSTAS

Artigo 61. Acrescentar ao final da frase "de obras de construção, bem como obras constantes no artigo 51 desta lei".

Suprimir o parágrafo único do artigo 61.

Artigo 62. Parágrafo 1º acrescentar após "fluxo de trânsito obedecendo normas de trânsito".

Artigo 62 § 2º trocar a palavra "deixar" por "de".

Artigo 63. Trocar a palavra "proibido" por "proibida".

No mesmo artigo excluir a palavra "de partilhado".

Artigo 63 - A partir de ocupação do espaço ficando com a seguinte redação: "A ocupação de espaços mesmo com dubiedade e restrição de: Parágrafo único: ..."

PROPOSTAS

Seja proibida a ~~atribuição~~ atribuição ou a substituição de nome das logradouros públicos sem a devida aprovação pelo órgão competente.

Parágrafo único do artigo 74 - depois da palavra "que poderá autorizar" acrescentar "por meio de forma sumária, toda sua construção, suprimindo-se o restante".

Parágrafo 1º do artigo 73. Trocar a palavra "obrigatório" por "obrigatória" e substituir "de logradouro" por "referido terreno" e ainda trocar a palavra "muro" por "fachada a frente do terreno".

Artigo

PROPOSTAS

VIAVEL O ABASTECIMENTO ...

COMENTÁRIO: A CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE TURISMO, LAZER E CULTURA JÁ É PERMITIDO PELA LEI FEDERAL, A QUAL ESTABELECE PARÂMETROS PARA TANTO, O QUE DEPENDER EM LEI MUNICIPAL SERIA REDUNDANTE E SEM MAIOR EFICÁCIA. ADENSAIS, A RESTAURAÇÃO DE ÁREAS TURÍSTICAS, CULTURAIS E DE LAZER PODEM SER MAIS BEM EXPLORADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Artigo

PROPOSTAS

da taxa somente poderá atingir 5% do mesmo dividendo e espaço mínimo de 1,2cm para pedras. O parágrafo único do artigo 63: substituir para § 2º: 5%.

Suprimir o parágrafo único do artigo 63 por estar em uso idem.

Artigo 64. nova redação: "A instalação de postes, linhas de dadas, de rede, de energia, telefonia, iluminação e demais equipamentos, bem como a colocação de caixas postais e de hidrantes, ~~para~~ nas ruas e logradouros públicos, dependem da aprovação do município de Jaguariá".

Artigo 65. Alterar a palavra "satisfazer" por preencherem as seguintes

Artigo

AUDIÊNCIA PÚBLICA

23/nov | Escola Municipal Rosa Coletto



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA III

MEIO AMBIENTE

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Proteção e Conservação	Carlos Alberto Onellas
Arborização	Eric Dudik Rogério
Pedreiras, areia, etc.	Francieli Baitala de Oliveira
Turismo	Mariana Andreotto Balloni
Inflamáveis	Pedro Leocádio Delgado
	Thiago Luiz Pomkerner

DELEGADO	TELEFONE
----------	----------

1) Rafael Gustavo Tomaz Lopes	(41) 9-9618-9674
2) Nelson Luiz de Oliveira	(41) 9-9621-3246
3)	

RELATOR	TELEFONE
---------	----------

1) Eric Dudik Rogério	(41) 9-9663-0018
-----------------------	------------------

"AD HOC"

Artigo

PROPOSTAS

PROPOSTAS:

~~criar parques turísticos, lazer~~
CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS MODALIDADES "PARQUE" OU "RESERVA ECOLÓGICA", ENTIÃO QUE FAMILÍAS ATUALMENTE ALGODAS EM TAIS LOCALIDADES NÃO RETORNEM OU INDIQUEM PESSOAS PARA SUA OCUPAÇÃO.

Artigo



AUDIÊNCIA PÚBLICA

23/nov | Escola Municipal Rosa Colette



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA IV

OBRAS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Habite-se Alvarás Canteiro de Obras Edificações Residenciais e Comerciais Propaganda	Carlos Perez Gomez Dinei Alves de Oliveira Luiz Carlos Veiga Barbosa Perola Carvalho do Nascimento Rosana Araújo Lopes Sérgio Cruz

DELEGADO	TELEFONE
1)	
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1)	

PROPOSTAS
7ª Lei 1822/2008 Revisar a frente mínima da área residencial ZR5, respeitando a Lei Federal que estabelece 5m de frente.

PROPOSTAS
LEI 1822/2008 → ART. 8º § 2º II - ESTIPULAR PRZO PARA O MUNICÍPIO CUMPRIR A SUA PARTE E, ENQUANTO NÃO O FAZER, FISCALIZAR. (EX. EVITAR INVASES)
→ ART. 37 PARÁGRAFO 1º → REMETER A MULTA A LEI ESPECÍFICA PARÁGRAFO 3º - REMETER A LEI ESPECÍFICA (ZONA)
LEI 1824/2008 - ART. 32 - REMETER MULTA A LEI ESPECÍFICA + CONFERIR SEQUÊNCIA DOS ARTIGOS (DO 32 VOLTA P/ 26)

PROPOSTAS

1ª Lei 1825/2008 art. 2º Que seja julgado o prazo mínimo de 30 dias anteriores ao término de sua vigência
2ª Lei 1825/2008 art. 22 Alterar responsabilidades civil, administrativa e penal para nos termos da legislação aplicá- vel.
3ª Lei 1821/2008 art. 26 § único Prazo prazo de 30 dias para análise de julgamento da pe- dição de alvará.
4ª Lei 1821/2008 Revisar a frente mínima

AUDIÊNCIA PÚBLICA

23/nov | Escola Municipal Rosa Colette



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA V

TRIBUTOS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Notificação/Sanção Planta Genérica Comércio Ambulante Horário de Funcionamento Feiras Livres	Carlos Perez Gomez Dinei Alves de Oliveira Mathias Rizzato Rivalto Mauricio Oliveira Amaral Nara Giselle Bueno Vinicius André Brito de Oliveira

DELEGADO	TELEFONE
1)	4399614 6852
2)	
3)	
RELATOR	TELEFONE
1)	43.99979-8159

PROPOSTAS
LEI 1822/2008 - ART. 8º II - VERIFICAR REDUÇÃO - CONFERIR COM CÓDIGO DE OBRAS, IMPREVEJUTUA PORCENTAGEM.
LEI 1825/2008 - ART 148 - PRAZO PARA PAGAMENTO - 30 DIAS PARALIZAR - LEI ESPECÍFICA. - PAR. 3º - SUGESTÃO PARA REDUÇÃO: VER ART. 190 - PAR. 2º DA LEI 1826 (DOCUMENTO PROPOSTO DESTA CÂMARA) → PAR. 4º - REMETER A LEI ESPECÍFICA DE MULTAS

PROPOSTAS

da área residencial ZR2 e ZR3 de acordo com a taxa da das lotes existentes, a fim de viabilizar desenvolvi- mento
5ª Lei 1821/2008 art. 3º Dispensar o estudo de im- pacto de vizinhança para EPP, EME, EMEI, MEI, além de um motivo ou perigo.
6ª Lei 1825/2008 art. 23º Que seja previsto o prazo mínimo de 30 dias anterior ao término de vigência do alvará de construção para solicitação de renovação

PROPOSTAS

LEI 1826/2008 - ART. 190 - § 2º - EM ANÁLISE + SUGESTÃO PARA REDUÇÃO: RETENÇÃO DO MCMO ATÉ O MONTEANTE DEVIDO E LIBERAÇÃO DO RESTANTE.
LEI 1821/2008 ART. 26 § ÚNICO → REAJUSTE REDUÇÃO DO MCMO A LEI ESPECÍFICA DA ISENTAÇÃO (LEI DE INCEN- TIVO A MCMO E PERMUTA EMPRESA) LEI 2577/2015 → VERIFICAR A REDUÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO - CAPTULO. ESCLARECER.

PROPOSTAS
→ ART. 149 - LEI ESPECÍFICA DE MULTAS. → ART. 150 - GRAVURAÇÃO DA MULTA → LEI ESPECÍFICA.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

23/nov | Escola Municipal Rosa Colette



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARAIÁVA

CÂMARA TÉCNICA VI

SISTEMA VIÁRIO

DESCRIÇÃO

Mobilidade

Trânsito

Estacionamento

Zonamento

RESPONSÁVEIS

Carlos R. Carpiniski

Juliana Pedrosa Mendes

Márcia Rodrigues

Paulo Vitor Onisko

Sérgio Cruz

DELEGADO

1) *Márcia Rodrigues*

2)

3)

TELEFONE

(41) 788.21.20.7

RELATOR

1) *Rosely de Fátima Aguiar*

TELEFONE

(41) 9.4900.2105

A. R.

PROPOSTAS

- 1) *Plano diretor: art. 62: Suprimir as alíneas "a" e "b"; Alterar as palavras "revisão"*
- 2) *Plano diretor: art. 62: Suprimir as alíneas "a" e "b"; Alterar as palavras "revisão"*
- 3) *Art. 62: alínea "g" corrigir a nomenclatura de uma superquadra para "rua" e "rua" da Silva para "rua" e "rua" da Silva*
- 4) *Implantar zona de transporte coletivo no Bairro Parque, visando melhor mobilidade dos usuários públicos (UBS, escola)*
- 5) *Revisar o plano diretor e o plano diretor*

A. R.

LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ROSA COLETTE

DATA: 23/11/2018 às 18h30min

POPULAÇÃO

NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
1. <i>Katrine R. Miranda</i>	43559409	<i>Katrine</i>
2. <i>MICHELLE D. VIEIRA</i>		<i>MICHELLE</i>
3. <i>EDUARDO DECEZ GOMES</i>	3615.232-5	<i>EDUARDO</i>
4. <i>WELINGTON V. DE</i>	8.010.901-9	<i>WELINGTON</i>
5. <i>MARCELO DE OLIVEIRA</i>	1683.058-5	<i>MARCELO</i>
6. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
7. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>		<i>JOÃO</i>
8. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
9. <i>MARCELO DE OLIVEIRA</i>	1683.058-5	<i>MARCELO</i>
10. <i>EDUARDO DECEZ GOMES</i>	3615.232-5	<i>EDUARDO</i>
11. <i>WELINGTON V. DE</i>	8.010.901-9	<i>WELINGTON</i>
12. <i>MARCELO DE OLIVEIRA</i>	1683.058-5	<i>MARCELO</i>
13. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
14. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
15. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
16. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
17. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
18. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
19. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
20. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
21. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>

LISTA DE PRESEÇA

Revisão do "Plano Diretor" de Jaguaraiava

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL ROSA COLETTE

DATA: 23/11/2018 às 18h30min

POPULAÇÃO

NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
22. <i>MICHELLE D. VIEIRA</i>	3.252.681-4	<i>MICHELLE</i>
23. <i>EDUARDO DECEZ GOMES</i>	3615.232-5	<i>EDUARDO</i>
24. <i>WELINGTON V. DE</i>	8.010.901-9	<i>WELINGTON</i>
25. <i>MARCELO DE OLIVEIRA</i>	1683.058-5	<i>MARCELO</i>
26. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
27. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
28. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
29. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
30. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
31. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
32. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
33. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
34. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
35. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
36. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
37. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
38. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
39. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
40. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
41. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>
42. <i>JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA</i>	3.252.681-4	<i>JOÃO</i>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA

PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

ATA nº. 10/18 - PDM de 27 de novembro de 2018

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação do Centro Administrativo Otello Renato Baroni, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, 3º andar - Cidade Alta - Jaguaraiava - PR, reuniram-se os membros da Comissão Técnica para revisão do plano Diretor: Julianna Pedrosa Mendes, Giselle Inaiara Syring, Disney Alves de Oliveira, Hissashi Umez, o senhor Carlos Perez Gomez membro da Equipe Técnica e o mediador Hugo Cesar Riego Junior para revisar as propostas da Audiência Pública realizada aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito. A Coordenadora senhora Julianna Pedrosa Mendes agradeceu a presença de todos. Ato contínuo passou a palavra à senhora Giselle Inaiara Syring, que procedeu a leitura das propostas, quais sejam:

PROPOSTAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
27/11/2018

Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA

- o Delegado: Wellington Vitorito Fitz - Suplente Ricardo Ramos Gomes
- o Relator: Caroline de Azevedo Faria Stalschmidt

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

1) Artigo 23:

- a. Acrescentar inciso XVIII – Implantar dentro do município um equipamento na modalidade CENTRODIA para o público idoso, visando a diminuição do acolhimento institucional, com a equipe de referência conforme NOBRHSUAS.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES

- o Delegada: Kassima Karinna Gigliolla Almeida Rocha
- o Relator: Elizabeth Alves Ferreira

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

1) Artigo 51:

- a. Acrescentar ao final dessa Lei, depois de construção, exceto nos casos constantes no artigo 51 dessa Lei.
- b. Suprimir o parágrafo único do artigo 61.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica, porém a redação se encaixa no art. 50 e não no art. 51.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

2) Artigo 62:

- a. §1º. – Acrescentar após fluxo de veículo obedecendo a normas de trânsito.
- b. 2º. Trocar a palavra dessas por "De".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

3) Artigo 63:

- a. Trocar a palavra proibido por proibida.
- b. Excluir a palavra "de particulares".
- c. A partir de ocupação do passeio ficando com a seguinte redação: "a ocupação do passeio mesmo com autorização e recolhimento da taxa somente poderá atingir 50% do mesmo, obedecendo ao espaço mínimo de 1,20 m para pedestres".
- d. Suprimir o Parágrafo Único por estar em bis idem.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c. Aceito pela Comissão Técnica, o texto passa a ter a seguinte redação: "Art. 63. A ocupação do passeio mesmo com autorização e recolhimento de taxa não poderá utilizar a totalidade da área de passeio, apenas 50% do mesmo, obedecendo a faixa livre de circulação para pedestres, de no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros)".
- d. Aceito pela Comissão Técnica.

4) Artigo 64:

- a. Nova redação: A instalação de postes, linhas de dados, de rede de energia, telefonia, iluminação e equipamentos bem como a colocação de caixas postais e de hidrantes nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação do município de Jaguaraiava.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

5) Artigo 65:

- a. Alterar a palavra "satisfaçam" por "preencherem as seguintes condições".
- b. Inciso I – eliminar a palavra "terem sua" iniciando por "localização" e trocar a palavra "prefeitura" por "município de Jaguaraiava".

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica, o artigo passará a ter a seguinte redação: "Art. 65 - As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos espaços públicos desde que atendam as seguintes condições:"
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

6) Artigo 66:

- a. Inciso II – nova redação: construção adequada ao uso público.
- b. Suprimir o inciso IV por ser incompatível com o inciso II.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito parcialmente pela Comissão Técnica. Verificamos que houve um erro por parte do relator, pois o artigo correto é o 65 e não 5. O inciso passa a ter a seguinte redação: "Instalação adequada, conforme padronização do Município."
- b. Rejeitado pela Comissão Técnica

7) Artigo 68:

- a. Acrescentar após a palavra município de Jaguaraiava, inclusive quanto a sua localização.
- b. Trocar a palavra "artístico ou cívico" para "cultural".
- c. Suprimir o Parágrafo Único.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c. Aceito pela Comissão Técnica.

8) Artigo 69:

- a. Alterar a redação para: Fica proibida a atribuição ou a substituição do nome dos logradouros públicos sem a devida aprovação pelo órgão competente.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica. O artigo passará a ter a seguinte redação: "Art. 69. - Fica proibida a atribuição ou a substituição da nomenclatura dos logradouros públicos sem a devida aprovação pelo órgão competente."

9) Artigo 72:

- a. Parágrafo Único: Depois da palavra "que poderá autorizar" acrescentar "de forma fundamentada sua construção", suprimindo – se o restante.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica.

Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE

- o Delegado: Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira
- o Relator: Eric Duque Górgio

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1822/2008:

1) Artigo 7:

- a. V: Comentário: não existe a possibilidade de legislação municipal cobrar ou restringir a obrigatoriedade de áreas de proteção ambiental, pois trata-se de matéria exclusiva da União. O que poderia acontecer seria aumentar os parâmetros exigidos na Lei Federal, nunca mitigá-la.
- b. XIV: Comentário: a construção de empreendimentos de turismo, lazer e cultura já é permitida pela Lei Federal, a qual estabelece parâmetros para tanto, o que reprimir em Lei municipal seria redundante e sem maior eficácia. Ademais, a reestruturação de áreas turísticas, culturais e de lazer podem ser mais bem exploradas com a implementação de políticas públicas.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Não houve proposta nos itens acima, foram apenas comentários.
- b. Não houve proposta nos itens acima, foram apenas comentários.

- c. Proposta: Conversão das áreas de risco em unidade de conservação nas modalidades "parque" ou "Reserva Ecológica", evitando assim que famílias atualmente alocadas em tais localidades não retornem ou indiquem pessoas para sua ocupação.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

Câmara Técnica IV

- o Delegado: José Trindade - Suplente Marcos José Legat
- o Relator: Perola Carvalho do Nascimento

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008:

1) Artigo 22:

- a. Alterar responsabilidades civil, administrativa e penal para nos termos da legislação aplicada.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. O artigo 22 foi suprimido em sua totalidade.

2) Artigo 23:

- a. Que seja previsto o prazo mínimo de 30 dias anterior ao término de vigência do alvará de construção para solicitação de renovação.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. Pois já está previsto no parágrafo 4º.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008:

1) Artigo 26:

- a. § único: prever prazo de 30 dias para análise de julgamento do pedido de Alvará.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) Revisar a frente mínima da área residencial ZR2 e ZR3 de acordo com a testada dos lotes existentes, a fim de viabilizar desmembramento.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. Já é definido pela padronização de ocupação de cada bairro, uma vez liberado, bairros com padrões melhores poderiam ser afetados por padrões inferiores. Para isso o município apresentará, nas leis do Plano Diretor, outras alternativas para esses casos, uma possibilidade seria a instituição de condomínio.

- 3) Revisar a frente mínima da área residencial ZR5, respeitando a Lei Federal que estabelece 5 metros de frente.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. Esta zona foi instituída exclusivamente para o bairro Portal do Sertão, com interesse social visando melhor qualidade de moradia com padrões modernos de habitação, e ainda os índices urbanísticos estabelecidos foram baseados nas questões técnicas mínimas de permeabilidade do solo, em consideração a topografia do local.

4) Artigo 32:

- a. Dispensar o estudo de impacto de vizinhança para EPP, ME, MEI salvo seu uso novo ou perigoso.



A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. Com a nova proposta, já definida no Zoneamento Urbano, o estudo é dispensado em áreas onde o comércio é permitido, onde é permissível necessita da apresentação de estudo de impacto de vizinhança, uma vez que um bar pode ser uma MEI, e é uma atividade que nas zonas residenciais é incômoda e precisa de anuidade dos vizinhos.

- Câmara Técnica V – Tributos
- o Delegado: Rafaela S. Q. Betenheuser - Suplente Aluísio Pires
 - o Relator: Carlos Perez Gomez

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008:

- 1) Artigo 190:
 - a. § 2º - em análise: sugestão para redação: retenção do valor até o montante devido e liberação do restante.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008:

- 1) Artigo 26:
 - a. §1º: Adequar a redação do MEI "A Lei específica da isenção (Lei de Incentivo a Micro e Pequenas Empresas) Lei 2577/2015."
 - b. Verificar a redação da alteração do parágrafo único – confuso. Esclarecer.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1822/2008:

- 1) Artigo 8:
 - a. II – Estipular prazo para o município cumprir a sua parte e enquanto não o fizer, fiscalizar (exemplo: evitar invasões).
 - b. verificar redação: conferir com código de obras, infraestrutura, porcentagem.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Rejeitado pela Comissão Técnica. O município já decide se aceita ou não na aprovação do projeto.
- b. Rejeitado pela Comissão Técnica.

- 2) Artigo 37:
 - a. §1º: Remeter a multa a Lei Específica.
 - b. §3º: Remeter à Lei Específica (o dobro).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica. Suprimido pois será regulamentado por LEI ESPECÍFICA.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008:

- 1) Artigo 32:
 - a. Remeter a multa a Lei Específica.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) Conferir a sequência dos artigos (do 32 volta para o 26).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1825/2008:

- 1) Artigo 148:
 - a. Prazo para pagamento – padronizar Lei Específica.
 - b. §3º: sugestão para redação: ver artigo 190, §2º: da Lei 1826/2008 (primeira proposta dessa câmara).
 - c. §4º: Remeter à Lei Específica de multas.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c. Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) Artigo 149:
 - i. Lei Específica de multas.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
 - b. Aceito pela Comissão Técnica.
 - c. Aceito pela Comissão Técnica.
- 3) Artigo 150:
 - a. Graduação da Multa – Lei Específica

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.

- Câmara Técnica VI – Sistema Viário
- o Delegado: Elieida Pontes
 - o Relator: Roseli de Fátima Azevedo

Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008:

- 1) Artigo 62:
 - a. Suprimir as alíneas "d" e "e". Motivo: já foram executadas.
 - b. Suprimir a alínea "j". Motivo: já foi executada

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica.
- b. Aceito pela Comissão Técnica.
- c. Aceito pela Comissão Técnica.

- 2) Implantar rota de transporte coletivo no Bairro Lagoão, visando melhor acessibilidade aos serviços públicos (UBS, escola).

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica. A proposta já contemplada no Plano Municipal de Transporte Coletivo.

- 3) Ligação entre bairros Lagoão e Belvedere.

A Coordenadora abriu o espaço para discussões sobre a proposição apresentada, após manifestação da Comissão, foi acatado o seguinte PARECER:

- a. Aceito pela Comissão Técnica. Será analisada a viabilidade da execução desta importante ligação, porém considerando a declividade e condições de transposição do córrego existente na divisa entre estes bairros.

Nada mais havendo a tratar a Coordenadora encerrou a reunião às deztois horas e trinta minutos. E para constar eu, Giselle Inaiara Syring, secretariando a audiência, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

28/11/2018

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e cinquenta minutos, no Cine Teatro Valéria Lucry, sito à Rua Salomão Felix da Silva, s/nº, Bairro Matarazzo – Jaguaraiá – PR, foi iniciada a Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal pela cerimonialista Michela Kaili que explanou as necessidades de rever o Plano Diretor Municipal, e que de acordo com o Decreto nº. 371/2018, foram realizadas as audiências públicas. Ato contínuo, explanou que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do município nos seus aspectos econômico, físico e social. Ato contínuo, apresentou um vídeo, que informou sobre a atualização do POM, que se dará após realização das Audiências com as propostas sugeridas pelas Câmaras Técnicas e avaliadas pela Comissão Técnica, após será elaborado um Projeto de Lei e encaminhado para Câmara Municipal de Jaguaraiá para ser aprovado. Ato contínuo, a cerimonialista, convidou para fazer parte da Mesa Diretiva de Trabalho os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, o Presidente da Comissão José Sloboda, a Coordenadora Técnica Julianna Pedrosa Mendes, membros: Cléia Aparecida Valega Sloboda, Giselle Inaiara Syring, Leonardo von Linsinger, Hissashi Umezu, Disnei Alves de Oliveira, Sérgio Cruz e os mediadores Sidney Eduardo Vieira e Hugo Cezar Riego Junior. Ato contínuo, a Cerimonialista passou a palavra a senhora Giselle Inaiara Syring, que cumprimentou os presentes e fez a leitura da ata da audiência pública do dia vinte e três de novembro do ano corrente. Ato contínuo, fez a leitura das respostas às propostas feitas pelas câmaras técnicas elaboradas pela Comissão Técnica. Ato contínuo, a Cerimonialista passou a palavra para o mediador, que cumprimentou os presentes e explanou sobre a importância da Revisão do Plano Diretor para o município e a participação da população, pois é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e tem como finalidade nortear o desenvolvimento do município nos aspectos econômicos, físico e social. Ato contínuo, explanou que a revisão do plano esta sendo finalizado, que foram elencadas cento e oitenta e duas propostas e cento e cinquenta e seis foram aceitas pela equipe técnica. Ato contínuo, explanou que foi um ato democrático de direito instituído por Lei Federal, que a população ganhou com a revisão. Ato contínuo, explicou como será realizado as câmaras, e que terão noventa minutos para os apontamentos e que logo após será feito a reunião da comissão com tempo de trinta minutos para aprovar ou vetar as propostas, para após elaborar o Projeto de Lei para encaminhar a câmara. Ato contínuo a Cerimonialista chamou Delegados eleitos na Assembleia para que ocupem seus respectivos lugares nas Câmaras Técnicas; igualmente solicitou aos membros da Equipe Técnica para a Revisão do Plano Diretor que tomassem assento junto aos grupos de trabalho, a fim de dirimir dúvidas técnicas pertinentes à sua área de atuação, os senhores: Alan Miranda; Amália Cristina Alves; Carlos Alberto Ornellas; Carlos Perez Gomez; Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt; Eric Dudik Rogério; Franciele Baitala de Oliveira; Hérica Beatriz Suenar Castelar; Lucas Madureira Ferreira; Luiz Carlos Veiga Barbosa; Mariana Andretto Balloni; Marília Rodrigues; Mathues Rissato Rivoiro; Mauricio Oliveira Amaral; Pedro Leocádio Delgado; Pérola Carvalho do Nascimento; Rosana Araújo Lopes; Thiago Luiz Pomkerner; Vinicius André Brizola de Oliveira. Ato contínuo, a Cerimonialista convidou as demais pessoas presentes para escolherem suas câmaras técnicas, informando que as Câmaras Técnicas teriam um tempo de uma hora e trinta minutos para discutir as propostas de mudança apresentadas, ou, sugerir novas propostas. Ato contínuo, as vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a comissão técnica reuniu-se para a avaliação das propostas. Ato contínuo, as vinte uma horas e cinco minutos, o mediador agradeceu a paciência pela demora de vinte minutos a mais, em virtude das respostas e análise da equipe técnica. Esclareceu como vai funcionar o processo até finalizar a audiência. Ato contínuo fez a leitura das propostas que foram colocadas em pauta hoje, e as propostas que foram aceitas e vetadas pela comissão, em virtude da inviabilidade e coisas do gênero. Ato contínuo, a Cerimonialista leu as propostas das Câmaras Técnicas: Câmara Técnica I – HIGIENE PÚBLICA, o Delegado senhor Wellington Vitorio Fraz – Suplente Ricardo Ramos Gomes, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Caroline de Azevedo Fanha Stalschmidt. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1820/2008: Artigo 23: Acrescentar inciso ao final do texto: a) Ampliar e fortalecer a rede de proteção, inclusive por meio de construção de espaços públicos, as pessoas vítimas de violência e negligência, através de políticas inclusivas e de apoio às vulnerabilidades sócias; Parecer: aceito pela Comissão Técnica. b) Implantar através do processo de instrumentalização da população à participação dos mesmos dentro das instâncias de controle social, CMDCA, CODIM, CMDI, CMAS, CMAP, nos processos decisórios das referidas políticas públicas. Parecer: aceito pela Comissão Técnica. Câmara Técnica II – USOS E COSTUMES, o Delegado a senhora Kassima Karinna Gigliolla Almeida Rocha, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Elizabeth Alves Ferreira, Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Seção V do Capítulo II - Artigo 76 com nova redação (antigo artigo 72): a) Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meios-fios são obrigados a construir os respectivos muros e pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida pelo Município de Jaguaraiá. Parecer: Aceito pela Comissão Técnica, consta o texto no artigo 73. b) §1º. – Nos terrenos vazios são obrigatórias a pavimentação do passeio e a construção na frente do referido imóvel serão fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares, com altura mínima a evitar problemas sobre o passeio e de acordo com a padronização estabelecida pelo Município de Jaguaraiá. Parecer: Rejeitado pela Comissão Técnica. O parágrafo 1º fala sobre contenção de terra, e não sobre o fechamento do terreno. c) §2º. – O Município de Jaguaraiá poderá exigir a construção de passeio ecológico e com acessibilidade universal na forma fixada em lei ou regulamento. Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 77: a) §2º. – iniciar pela palavra "fica", após a palavra "conter", acrescentar "animais domésticos". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 79: Após a palavra "somente", trocar a palavra "Prefeitura" por "Município de Jaguaraiá". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 83: Trocar "Prefeitura" por "Município de Jaguaraiá", ao final estipular prazo em 30 (trinta) dias; Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 85: a) Trocar "Prefeitura" por Município de Jaguaraiá". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. b) Inciso I – estabelecer multa no valor de 01 (um) UFM por metro quadrado; c) Inciso II – estabelecer multa no valor de 02 (dois) UFM por metro quadrado; Parecer Técnico: Rejeitado pela Comissão Técnica. Será regulamentado por lei específica. Artigo 86: a) Trocar "Prefeitura" por "Município de Jaguaraiá". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. b) Parágrafo único – estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias. Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 87: Após a palavra "recolhimento", incluir "do valor". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 89: Seu Parágrafo único e "caput" do Artigo 90 – trocar "Prefeitura" por "Município de Jaguaraiá". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Artigo 90: a) Inciso IV – substituir a palavra "atirar" por "lançar"; b) Inciso V – trocar "Prefeitura" por "Município de Jaguaraiá"; c) Inciso VII – após a palavra "estradas de" incluir "acesso público". Parecer: Aceito pela Comissão Técnica. Propostas diversas: 1º - Estabelecer horário para carga e descarga; 2º - Estabelecer horário (somente após

meio-dia) para circulação de carros de som; 3º - Fiscalização do uso do som alto nos parques municipais; 4º - Guarda Municipal (viabilidade de implantação). PARECER: Rejeitadas pela Comissão Técnica. Deverão ser tratadas por lei específica e análise de viabilidade. Câmara Técnica III – MEIO AMBIENTE. Delegado, senhor Rafael Gustavo Pomim Lopes - Suplente Nelson Luiz de Oliveira, cujas propostas foram elencadas pelo Relator: Eric Dudik Rogério. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008: No que corresponde à faixa não edificável de APP manter-se o que determina a legislação federal, por sua vez, revogando-se a lei municipal nº 2506/2014 pois manifestamente contrária às normas superiormente hierárquicas. Motivos: A legislação federal impõe 30 metros de área não edificável, enquanto a lei municipal propõe de 10 à 15 metros de acordo com a APP. Sendo assim, apropriando-se da regra de hierarquização das normas, bem como, o princípio da preservação integral do meio ambiente vê-se que potente a desconformidade da lei municipal. Ademais, é defeso a alteração de leis componentes ao Plano Diretor pelo órgão público por processo legislativo ordinário, uma vez que aquele, segue rito especial democrático. PARECER: Aceito pela Comissão Técnica. Câmara Técnica IV: Delegado, senhor José Trindade - Suplente Marcos José Legat, propostas foram elencadas pelo Relator Pérola Carvalho do Nascimento. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1821/2008: Artigo 17: Acrescentar o parágrafo único e alíneas ao inciso I do artigo 17 da Lei nº 1821/2008, conforme previsto na Lei Municipal nº 2506/2014. PARECER: Rejeitado pela Comissão Técnica. A Lei Municipal nº 2506/2014 será revogada por estar contrária às legislações federais. Câmara Técnica V – Tributos. Delegado, senhora Rafaela S. Q. Betenheuser - Suplente Aluísio Pires. Propostas foram elencadas pelo Relator: Vinicius André Brizola Oliveira. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1826/2008: Artigo 193: a) Mudar de "do prazo de recurso" para "do prazo de defesa, processamento e julgamento"; b) Ao final acrescentar "requerimento fundamentado". Criar um artigo prevendo a produção de provas pelo autuado e pela administração pública; Criar um artigo prevendo parecer técnico do setor responsável e parecer técnico da Procuradoria do Município; Criar novo artigo prevendo o julgamento pela autoridade competente; Criar outro artigo prevendo a intimação do autuado e o prazo de interposição de recurso, depois, mais um artigo prevendo a resposta pelo setor técnico competente; Novo artigo prevendo o julgamento do recurso por um colegiado de autoridades competentes superiores. Artigo 190: §2º: – Suprimir o parágrafo inteiro. O código tributário municipal já prevê a compensação. PARECER: Aceitos pela Comissão Técnica. Câmara Técnica VI – Sistema Viário, Delegado, senhora Elieida Pontes, propostas foram elencadas pelo Relator: Alceu da Silva Oliveira. Propostas para alteração da Lei Municipal nº. 1824/2008: a) No loteamento social Bela Vista, no alto do Lagoão, os imóveis confrontantes com a rua Altino Martins até o córrego que transpassa a chácara da Sra. Ângela Marcos, o pedido é para que esta zona indicada passe a integrar a Zona Residencial III, com o objetivo de facilitar a regularização das propriedades já existentes, tendo em vista que quase a totalidade dos lotes na região possuem área média de 180m². Além de facilitar a regularização do sistema viário da região, que atualmente é "semioficial". De acordo com a padronização das habitações da região. PARECER: Aceito pela Comissão Técnica. Porém será estendido a delimitação da Zona Residencial 2. b) Na Zona Residencial Especial – alterar a tabela de índice urbanístico da área mínima do lote de 1.000m² para 800m², devido ao fato de se tornar inviáveis grandes lotes com mais de 1.000m² para os proprietários dividirem em lotes. Com o mínimo de 800m² estimula-se uma ocupação racional e viável. PARECER: Aceito pela Comissão Técnica. c) Modificação do sistema atual de identificação das ruas, passando de placas de metal para impressos e fixados nos postes de iluminação pública. Reduz custos, evita vandalismo, melhora a identidade visual. PARECER: Rejeitado pela Comissão Técnica. Está proposta se torna inviável, tendo em vista que a disposição/distanciamento dos postes de iluminação pública não são padronizadas. d) Melhorar no sistema de transporte público, visando garantir o direito de ir e vir da pessoa idosa, proporcionando o livre acesso com o uso do cartão magnético, que identifique o usuário e permita o acesso pelo sistema de catracas, bem como identificação dos assentos conforme lei/estatuto do idoso. PARECER: Rejeitada pela Comissão Técnica. Os parâmetros atualmente utilizados já atendem as legislações vigentes. O restante da redação da presente proposta foi atendido pelo Plano Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Jaguaraiá. e) Proporcionar iluminação pública no trajeto até o "Lago Azul", em razão de que este trajeto é utilizado por muitas pessoas para atividades físicas. PARECER: Rejeitado pela Comissão Técnica. A via em questão não é, em sua totalidade, de domínio público. Ato contínuo, o mediador passo a palavra ao presidente da Comissão Técnica que explanou que em nosso município existe legislação específica de passe livre para pessoas acima de sessenta anos e a Lei a nível nacional é de sessenta e cinco anos. Ato contínuo, explicou que foi realizado um estudo técnico sobre o transporte público, que será colocado em discussão pela comunidade e será realizado licitação encima do estudo técnico que foi realizado. Ato contínuo, explicou que será realizado por Lei específica e não no plano Diretor que são diretrizes gerais. Ato contínuo, a coordenadora explanou que as propostas que foram rejeitadas por não se enquadrarem no plano diretor, que não são uma diretriz e que podem ser atendidas por Leis específicas. Ato contínuo, o mediador explanou que está chegando o fim do processo de revisão do plano diretor. Ato contínuo, apresentou um gráfico com estatísticas das propostas das audiências do plano diretor. Ato contínuo, explanou que todos os presentes estão cientes das propostas aceitas e dos vetos pois todos tiveram a devida publicidade e solicitou que os presentes de manifestassem a favor ou contra da Ata. Ato contínuo, não houve manifestação contrária, a aprovação foi unanime. Ato contínuo, passou a palavra ao presidente da Comissão Técnica que cumprimentou e explanou que como já citado algumas propostas foram retiradas do plano diretor e serão tratadas por Leis específicas. Ato contínuo, deixou aberto a população para novas propostas e sugestões. Ato contínuo, agradeceu a participação de todos, e encerrou a presente audiência às vinte e duas horas e vinte e oito minutos. Por ser verdade, eu, Luciana Canavesi Cesário Pereira, secretariando a reunião, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

28/nov | Cine Teatro Valéria Lucery



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA IV

OBRAS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Habit-se Alvarás Centro de Obras Edificações Residenciais e Comerciais Propaganda	Carlos Perez Gomez Diane Alves de Oliveira Luiz Carlos Voigt Barbosa Pierle Carvalho do Nascimento Rosana Araújo Lopes Sérgio Cruz

DELEGADO

TELEFONE

1)	
2)	
3)	

RELATOR

TELEFONE

1)	Pierle Carvalho do Nascimento (43) 99642-6511
----	---

PROPOSTAS

- 1) ART. 143 - MODAR DE "DO PRAZO DE RECURSO" 7/ "DO PRAZO DE RECURSO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO".
- 2) ART. 143 - AD FINAL ACRESCEER "REQUERIMENTO FUNDAMENTADO".
- 3) CRIAR UM ARTIGO PREVENDO A PRODUÇÃO DE PRODUTOS FEITOS EM CASA E PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- 4) CRIAR OUTRO ARTIGO PREVENDO PAGAR TÉCNICO DO SETOR RESPONSÁVEL E PAGAR TÉCNICO DA PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO.
- 5) CRIAR OUTRO ARTIGO PREVENDO O JULGAMENTO FEITO AUTORIDADE COMPETENTE.
- 6) CRIAR OUTRO ARTIGO PREVENDO A INTIMAÇÃO DO AUTUADO E O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, DEPOIS, MAIS UM ARTIGO PREVENDO A RESPOSTA FEITA PELA TÉCNICO COMPETENTE.
- 7) CRIAR OUTRO ARTIGO PREVENDO O JULGAMENTO DO

PROPOSTAS

LEI 1824/2008
Nº 1 - NO LOTEAMENTO SOCIAL BELA VISTA, NO LOTE DE LOTEÇÃO, OS LOTEIS COM FRENTEANTES COM A RUA ACTIVO MARTINS ATÉ O CORREGO QUE TRAZ PASSA A CHACARA DA SRA. ÂNGELA MARCOS, O PEDIDO É PARA QUE ESTA ZONA INDICADA PASSE A INTEGRAR A ZONA RESIDENCIAL III, COM O OBJETIVO DE FACILITAR A REGULARIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES JÁ EXISTENTES, TENDO EM VISTA QUE QUASE A TOTALIDADE DOS LOTES NA REGIÃO POSSUEM ÁREA MÉDIA DE 180m², ALÉM DE FACILITAR A REGULARIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DA REGIÃO, QUE ATUALMENTE É SEMIOFICIAL, DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES DA REGIÃO.

PROPOSTAS

Lei 1823/2008 art. 17 e acrescentar o parágrafo único e alínea ao inciso I de art. 17 da Lei nº 1823/2008, conforme previsto na Lei Municipal nº 2506/2014.

PROPOSTAS

RECURSO POR UM COLEGIADO DE AUTORIDADES COMPETENTES SUPERIORES.
ART. 190 - § 2º - SUPRIMIR O PARÁGRAFO INTEIRO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL JÁ PREVE A COMPETÊNCIA.

PROPOSTAS

Nº 2 - NA ZONA RESIDENCIAL ESPECIAL - ALTERAR A TABELA DE ÍNDICE URBANÍSTICO DE ÁREA MÍNIMA DO LOTE DE 1.000m² PARA 800m², DEVIDO AO FATO DE SE TORNAR INVIAVEL GRANDES LOTES COM MAIS DE 1.000m² PARA OS PROPRIETÁRIOS DIVIDIREM EM LOTES. COM O MÍNIMO DE 800m² ESTIMULA-SE UMA OCUPAÇÃO RACIONAL E VIÁVEL.
Nº 3 - MODIFICAÇÃO DO SISTEMA ATUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, PASSANDO DE PLACAS DE METAL PARA IMPRESSOS E FIXADOS NOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. REDUZ CUSTOS, EVITA VANDALISMO, MELHORA A IDENTIDADE VISUAL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

28/nov | Cine Teatro Valéria Lucery



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA V

TRIBUTOS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Notificação/Sanção Planta Genérica Comércio Ambulante Horário de Funcionamento Feiras Livres	Carlos Perez Gomez Diane Alves de Oliveira Matheus Rissato Rivoiro Mauricio Oliveira Amaral Nara Giselle Bueno Vinicius Andre Brizola de Oliveira

DELEGADO

TELEFONE

1)	AVANÇO P. DE OLIVEIRA 43 99467 5084
2)	
3)	

RELATOR

TELEFONE

1)	VINICIUS A. S. OLIVEIRA 43 99437 9482
----	---------------------------------------

AUDIÊNCIA PÚBLICA

28/nov | Cine Teatro Valéria Lucery



18h30min: Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JAGUARIÁ

CÂMARA TÉCNICA VI

SISTEMA VIÁRIO

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
Mobilidade Trânsito Estacionamento Zoneamento	Carlos R. Carpiniski Juliana Pedrosa Mendes Marina Rodrigues Paulo Vitor Onisko Sérgio Cruz

DELEGADO

TELEFONE

1)	Elaine Pontes 43 93831 0373
2)	
3)	

RELATOR

TELEFONE

1)	ALCEU DA SILVA OLIVEIRA F. (41) 99668 7731
----	--

PROPOSTAS

Nº 4 - MELHORIA NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO, VISANDO GARANTIR O DIREITO DE IR E VIR DA PESSOA IDOSA, PROPORCIONANDO O LIVRE ACESSO COM O USO DE CARTÃO MAGNÉTICO, QUE IDENTIFIQUE O USUÁRIO E PERMITA O ACESSO PELO SISTEMA DE CATRACAS E IDENTIFICAÇÃO DOS ASSENTOS, CONFORME LEI/ESTATUTO DO IDOSO.

Nº 5. PROPORCIONAR ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO TRAJETO ATÉ O "LAGOAZUL", EM RUA DE QUE ESTE TRAJETO É UTILIZADO POR MUITAS PESSOAS PARA ATIVIDADES FÍSICAS.



LISTA DE PRESENÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ON TEATRO VALERIA LUCY		
DATA: 26/11/2018 às 18h30min		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
1. Paulo Parolho de Souza	9.993.331-6	
2. Maria Eliza de Souza	3.333.181-4	
3. José Carlos de Souza	1.683.058-5 PM	
4. Rosângela de Souza	3.143.469-3	
5. João Carlos de Souza	3.009.900-4 PM	
6. Paulo de Souza	8.032.842-2	
7. Paulo de Souza	906834-0	
8. Rosângela de Souza	3.615.943-3	
9. Rosângela de Souza	8.032.842-2	
10. Paulo de Souza	3.143.469-3	
11. Paulo de Souza	4.751.131-6	
12. Paulo de Souza	4.330.839-7-PR	
13. Paulo de Souza	3.143.469-3-PR	
14. Paulo de Souza	10.825.222-8	
15. Paulo de Souza	5.179.301-6-SECRET	
16. Paulo de Souza	11.416-3-SECRET	
17. Paulo de Souza	8.032.842-2	
18. Paulo de Souza	8.032.842-2-6	
19. Paulo de Souza	8.032.842-2	
20. Paulo de Souza	11.416-3-SECRET	
21. Paulo de Souza	8.032.842-2	

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariá, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as disposições Art. 33 Inciso II da LOM, e letra "a" inciso III, do art. 22 da Resolução 003/2004, c/c §2º do art. 3º da Lei 2407/2012

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o senhor **NIVALDO LUCAS FILHO**, para integrar na condição de membro a **Comissão Permanente de Recebimento de Bens, Materiais de Prestação de Serviços, Controle de Estoque e Patrimônio**, em substituição ao senhor **CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS**, com o objetivo de verificar, receber, historiar e inventariar os bens Câmara Municipal de Jaguariá, bens de natureza patrimonial ou não, adquiridos ou percebidos por este órgão, durante o biênio 2019/2020, fazendo jus ao recebimento da Gratificação descrita no Anexo IV da Lei 2407/2012, tomando sem efeito o Decreto Legislativo nº 14/2018.

Art. 2º - mantidos os suplentes atuais.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE POSSE DE VEREADOR (GESTÃO 2019/2020)

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2018, às 16h00min (dezesseis horas), na 20ª Sessão Extraordinária Especial, no Plenário Vereador Hamilton Jorge Cunha, tomou posse a Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariá, Estado do Paraná, sito à Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, número 222, Cidade Alta, a qual foi eleita na 20ª Sessão Extraordinária Especial, onde contou com a presença dos Vereadores componentes deste Legislativo Municipal da Legislatura 2017/2020, os quais procederam eleições para preenchimento dos Cargos da **Mesa Executiva para o Biênio de 2019/2020**, que depois de verificados os cumprimentos de todas as formalidades legais, assinaram o presente Termo, ficando assim composta:

Presidente -	Vereador Adilson Passos Felix
Vice-Presidente -	Vereadora Juliana de Almeida Langner
1º Secretário -	Vereador Nelson Jose de Melo
2º Secretário -	Vereador Alencar Alves de Melo
3º Secretário -	Vereador Wagner Milanezi

Adilson Passos Felix
Vereador - Presidente

Juliana de Almeida Langner
Vereadora - Vice-Presidente

Nelson Jose de Melo
Vereador - 1º Secretário

Alencar Alves de Melo
Vereador - 2º Secretário

Wagner Milanezi
Vereador - 3º Secretário

LISTA DE PRESENÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ON TEATRO VALERIA LUCY		
DATA: 26/11/2018 às 18h30min		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
22. Adilson Passos Felix	5.116.501-5	
23. Adilson Passos Felix	6.985.903-5	
24. Adilson Passos Felix	9.993.331-6	
25. Adilson Passos Felix	8.040.905-9	
26. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
27. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
28. Adilson Passos Felix	6.985.903-5	
29. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
30. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
31. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
32. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
33. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
34. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
35. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
36. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
37. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
38. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
39. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
40. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
41. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
42. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	

Adilson Passos Felix
Vereador-Presidente

Decreto Legislativo nº 016/2018

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e para fins de atendimento ao artigo 8º da Lei Complementar 101/200.

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o Cronograma de Desembolso Mensal das Despesas, conforme dispõe o Artigos 8º da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal de 04 de Maio de 2000.

DESPESAS	JAN	FEV	MAR	SUB TOTAL
Despesas Correntes				
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,66	R\$ 939.500,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,66	R\$ 8.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,54	R\$ 308.830,60
Despesas de Capital				R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,34	R\$ 55.000,00
Amortização da Dívida/Ref da Dívida	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 23.669,40
TOTAIS	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 1.335.000,00

DESPESAS	ABR	MAIO	JUN	SUB TOTAL
Despesas Correntes				
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,66	R\$ 939.500,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,66	R\$ 8.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,54	R\$ 308.830,60
Despesas de Capital				R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,34	R\$ 55.000,00
Amortização da Dívida/Ref da Dívida	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 23.669,40
TOTAIS	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 1.335.000,00

DESPESAS	JULHO	AGO	SET	SUB TOTAL
Despesas Correntes				
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,66	R\$ 939.500,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,66	R\$ 8.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,54	R\$ 308.830,60
Despesas de Capital				R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,34	R\$ 55.000,00
Amortização da Dívida/Ref da Dívida	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 23.669,40
TOTAIS	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 1.335.000,00

DESPESAS	OUT	NOV	DEZ	SUB TOTAL	TOTAL
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,67	R\$ 313.166,66	R\$ 939.500,00	R\$ 3.758.000,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,66	R\$ 8.000,00	R\$ 32.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,53	R\$ 102.943,54	R\$ 308.830,60	R\$ 1.235.322,40
Despesas de Capital				R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,33	R\$ 18.333,34	R\$ 55.000,00	R\$ 220.000,00
Amortização da Dívida/Ref da Dívida	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 7.889,80	R\$ 23.669,40	R\$ 94.677,60
TOTAIS	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 1.335.000,00	R\$ 5.340.000,00

LISTA DE PRESENÇA		
Revisão do "Plano Diretor" de Jaguariá		
LOCAL: ON TEATRO VALERIA LUCY		
DATA: 26/11/2018 às 18h30min		
POPULAÇÃO		
NOME	RG ou CPF	ASSINATURA
43. Adilson Passos Felix	5.116.501-5	
44. Adilson Passos Felix	6.985.903-5	
45. Adilson Passos Felix	9.993.331-6	
46. Adilson Passos Felix	8.040.905-9	
47. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
48. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
49. Adilson Passos Felix	6.985.903-5	
50. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
51. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
52. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
53. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
54. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
55. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
56. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
57. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
58. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
59. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
60. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
61. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	
62. Adilson Passos Felix	1.126.106-1	
63. Adilson Passos Felix	6.049.300-1	

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariá, em 21 de Dezembro de 2018.

Adilson Passos Felix
Vereador-Presidente

Nelson Jose de Melo
1º Secretário